



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 052

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 052

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Comunicados 10

Indicações 10

Requerimentos 11

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 14

Dep. Tadeu Veneri..... 15

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Rafael Greca..... 19

Dep. Caíto Quintana 19

Dep. Elio Rusch 20

Grande Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 21

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 18

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni26

Liderança do PT

Dep. Péricles de Melo.....28

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli29

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli31

Dep. Jocelito Canto.....34

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel31

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira33

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente35

Discussão/Votação

Redação Final36

2ª Discussão37

1ª Discussão37

Requerimentos38

Encerramento da Sessão39

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT39

DIÁRIO Nº 052

51ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE MAIO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Beti Pavin e pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Enio Verri, Nelson Garcia, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (05).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Ney Leprevost e Teruo Kato (05)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 045/10

Curitiba, em 07/05/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 1º da Lei nº 14231, de 26/11/03, que define critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da rede estadual de educação básica do Paraná.

A medida que ora se apresenta a essa Casa de Leis tem por objetivo estabelecer, nas escolas públicas do Paraná, a democracia plena em que todos devem manifestar-se através do voto para a escolha livre de seus dirigentes.

Com efeito, as eleições para os cargos de direção de estabelecimentos de ensino público, refletem o exercício puro do estado democrático de direito, pelo qual tantos se sacrificaram.

À comunidade escolar será oportunizado o processo eleitoral, sendo que todos poderão ter as informações necessárias e que julgar-se prioritárias para a escolha dos que serão eleitos.

Um dos pilares da Carta da República do Brasil que está contida inclusive como cláusula pétrea, é justamente o voto direto, secreto, universal e periódico, por isso a importância dessa prática nos meios escolares.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. O parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 14231, de 26/11/03, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 1º Excetuam-se da presente lei os estabelecimentos de ensino em regimes especiais, regidos nos termos dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, os que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas e os da Polícia Militar do Estado do Paraná.”

Art. 2º A primeira consulta para designação de diretor e diretores auxiliares no Colégio Estadual do Paraná será realizada em até 60 (sessenta) dias após a publicação da presente lei.

§ 1º A consulta para designação de diretor e diretores auxiliares será realizada de 3 (três) em 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da comunidade escolar aptos a votar, sendo vedado o voto por representação.

§ 2º O mandato do primeiro diretor e dos diretores auxiliares nomeados, coincidirá com aquele dos diretores e auxiliares de outros colégios e estabelecimentos de ensino da rede estadual de ensino básico.

Art. 3º O Secretário de Estado da Educação, mediante resolução, baixará as regulamentações que se fizerem necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 047/10

Curitiba, em 18/05/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o capital social autorizado da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões).

A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, Sociedade de Economia Mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do

Abastecimento, sucessora da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA e incorporadora da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - Café do Paraná, por autorizações da Lei nº 9570, de 15 de fevereiro de 1991, é uma entidade controlada pelo Governo do Estado do Paraná e tem como objetivo social a execução de atividades de armazenagem, abastecimento e fomento agropecuário; o apoio do desenvolvimento da agropecuária paranaense, promovendo o fomento da produção agrícola, da produção pecuária, da agroindústria e da preservação e recuperação do meio ambiente e outras atividades que visem o desenvolvimento do setor agropecuário do Estado do Paraná.

O capital social autorizado pela 107ª Assembleia Geral Extraordinária, de 17/11/94 é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), do qual R\$ 70.207.903,98 (setenta milhões, duzentos e sete mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos) foram subscritos e integralizados até esta data.

Dentro destes ordenamentos, a CODAPAR vem prestando inestimáveis serviços à agricultura paranaense, dando ênfase em projetos que beneficiem, preferencialmente, os pequenos agricultores rurais, como braço executor das atividades programáticas do Governo do Estado para este setor, mais precisamente em atividades de engenharia rural, na readequação de centenas de quilômetros de caminhos rurais nos mais distantes recônditos do Estado e pelos programas de armazenamento das safras dos pequenos produtores rurais, ou individualmente ou reunidos em cooperativas, onde se destaca o Programa de Apoio à Pós-Colheita na Agricultura Familiar.

Atualmente, está reservada à CODAPAR a revitalização de mais de 600 quilômetros de estradas rurais, como também, em atividades de melhorias em suas unidades operacionais espalhadas no território paranaense, conforme constantes no anexo V da Lei nº 16639/09 (Lei Orçamentária de 2010), compreendendo ações referentes a instalação de sistemas de beneficiamento de grãos, sistemas de prevenção de incêndios, pavimentação asfáltica de armazéns, ampliação de moegas e montagem de silos metálicos, instalação de terminal de transbordo, construção de câmaras frigoríficas, entre outras atividades, cuja previsão de custos é de R\$ 6.378.000,00 (seis milhões e trezentos e setenta e oito mil reais).

Todos estes esforços têm um único objetivo: criar condições propícias para melhorar, não só as condições de vida, mas também, ampliar as condições produtivas dos nossos agricultores familiares.

Estes propósitos vêm ao encontro dos objetivos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE que tem, como um dos seus objetivos, o apoio ao setor agropecuário do Estado, conforme dispõe a Lei nº 5515/67.

Como a CODAPAR tem necessidade de contar com recursos financeiros adicionais para poder cumprir com as suas obrigações decorrentes de suas atividades

estatutárias e operacionais, em prol da melhoria da nossa agricultura e como o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE já participa como acionista da empresa, entende-se que uma ampliação de sua participação no capital social, até o montante autorizado, será uma alavancagem imprescindível para o cumprimento das atividades públicas desenvolvidas pela CODAPAR.

A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 87, inciso XX, estatui como sendo atribuição privativa do Governador do Estado, mediante autorização da Assembleia Legislativa o aumento de capital de empresa pública ou sociedade de economia mista, verbis:

“Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

XX - mediante autorização da Assembleia Legislativa, subscrever ou adquirir ações, realizar ou aumentar capital, desde que haja recursos hábeis, de sociedade de economia mista ou de empresas públicas, bem como dispor, a qualquer título, no todo ou em parte, de ações ou capital que tenha subscrito, adquirido, realizado ou aumentado.”

Para se evitar sucessivas alterações legislativas, em nosso entendimento, a proposição é de que o capital social autorizado da instituição deva ser da ordem de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), eis que, com o aumento da participação do FDE na sociedade, o capital social autorizado, praticamente estaria esgotado.

Assim sendo, apresento o presente anteprojeto de lei a essa Casa de Leis, para que seja aprovado o aumento do capital social autorizado e para que o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE amplie a sua participação no capital social da CODAPAR.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O capital social autorizado da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais).

Art. 2º O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, na qualidade de acionista, fica autorizado a subscrever e integralizar até R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para aumento do capital social da instituição.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

OFÍCIO N° 061/10

Curitiba, em 19/05/10.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 19/05/10 - hoje - por estar em viagem ao Noroeste do Estado, à Cidade de Paraíso do Norte, onde participo da despedida do Sr. Anísio Tormena, ex-Prefeito e Presidente da ALCOOPAR, falecido ontem em acidente automobilístico e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO N° 0239/10 GB - ATK

Curitiba, em 19/05/10.

Senhor Presidente:

Em virtude do falecimento do amigo Anísio Tormena, aos 67 anos, em acidente automobilístico nesta data, venho por meio deste justificar ausência na Sessão Plenária de 19 de maio para prestar meus pêsames à família.

Aproveito o ensejo para me colocar à disposição de V. Sa. e renovar protestos de elevada estima e consideração.

(a) TERUO KATO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
DE JUSTIÇA

OFÍCIO N° 605/10/GAB

Curitiba, em 30/04/10.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto que dispõe sobre o reajuste de vencimentos dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais da Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, de conformidade com o disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a V. Exa. as expressões de consideração e respeito.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador Geral da Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Estado do

Paraná, dos cargos de provimento em comissão e as respectivas gratificações, ficam reajustados no percentual de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento).

Parágrafo único. Ficam reajustados, no mesmo percentual deste artigo, os proventos de aposentadoria e os benefícios dos geradores de pensão dos servidores do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, concedidos com fundamento no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, e no artigo 2º da mesma emenda, regulamentada pela Lei Federal nº 10887, de 18/06/04.

Art. 2º As tabelas dos Anexos I, II, III e IV da Lei nº 16175, de 10/07/09, passam a vigorar com os valores dos Anexos I, II e III e o vencimento e gratificações de representação dos cargos em comissão passam a vigorar com os valores do Anexo IV, todos desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/10.
JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto propõe o reajuste de 5,16% (cinco vírgula dezesseis por cento) sobre os vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná.

A presente proposta representa reposição salarial e encontra amparo na revisão geral anual, assegurada pelo inciso X, do artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná, a todos os servidores, e na Lei nº 16175, de 10/07/09, que instituiu a data de 1º de maio de cada ano para revisão anual dos vencimentos dos servidores do Ministério Público do Paraná, convindo salientar que por conta desta garantia, foi concedido reajuste de 5% aos servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Lei nº 16468, de 30/03/10).

O índice adotado para a revisão geral foi o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, adotado a partir de julho de 1999 para o balizamento da política monetária. Reflete a variação dos preços das cestas de consumo das famílias urbanas com recebimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de renda, abrangendo 9 (nove) regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, Brasília e o Município de Goiânia. São considerados nove grupos de produtos e serviços: alimentação e bebidas, artigos de residência, comunicação, despesas pessoais, educação, habitação, saúde e cuidados pessoais, transportes e vestuário.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados no setor administrativo desta instituição, o impacto financeiro (mensal) na folha de pagamento será de 0,863%, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.369 de 29/12/09).

Por fim, demonstrou o estudo técnico realizado que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da instituição (computados os ativos e inativos), no presente exercício (maio/dezembro), será de 0,00965, passando com este acréscimo para 1,489%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO I
TABELAS DE VENCIMENTOS DO
QUADRO DE SERVIDORES
Vigência: 01 de maio de 2010

TABELA I

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO		
NÍVEL	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA (R\$)
1	1.198,11	1.259,93
2	1.225,59	1.288,83
3	1.254,32	1.319,04
4	1.283,70	1.349,94
5	1.313,77	1.381,56
6	1.344,54	1.413,92
7	1.376,05	1.447,05
8	1.408,29	1.480,96
9	1.441,28	1.515,65
10	1.475,06	1.551,17
11	1.509,59	1.587,48
12	1.544,96	1.624,68
13	1.581,17	1.662,76
14	1.618,21	1.701,71
15	1.656,11	1.741,57
16	1.694,91	1.782,37
17	1.734,64	1.824,15
18	1.775,27	1.866,87
19	1.816,84	1.910,59
20	1.859,42	1.955,37
21	1.902,98	2.001,17
22	1.947,55	2.048,04

TABELA II

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO		
NÍVEL	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA (R\$)
1	1.977,42	2.079,45
2	2.023,74	2.128,16
3	2.071,18	2.178,05
4	2.119,69	2.229,07
5	2.169,35	2.281,29
6	2.220,19	2.334,75
7	2.272,22	2.389,47
8	2.325,43	2.445,42
9	2.379,92	2.502,72
10	2.435,68	2.561,36
11	2.492,76	2.621,39
12	2.551,18	2.682,82
13	2.610,94	2.745,66
14	2.672,11	2.809,99
15	2.734,70	2.875,81
16	2.798,80	2.943,22
17	2.864,36	3.012,16
18	2.931,46	3.082,72
19	3.000,15	3.154,96
20	3.070,46	3.228,90
21	3.142,39	3.304,54
22	3.216,04	3.381,99

TABELA III

GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
NÍVEL	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA (R\$)
1	3.771,22	3.965,81
2	3.859,60	4.058,76
3	3.950,01	4.153,83
4	4.042,55	4.251,15
5	4.137,29	4.350,77
6	4.234,22	4.452,71
7	4.333,42	4.557,02

TABELA III

8	4.434,94	4.663,78
9	4.538,88	4.773,09
10	4.645,22	4.884,91
11	4.754,06	4.999,37
12	4.865,44	5.116,50
13	4.979,45	5.236,39
14	5.096,10	5.359,06
15	5.215,50	5.484,62
16	5.337,70	5.613,13
17	5.462,75	5.744,63
18	5.590,74	5.879,22
19	5.721,74	6.016,98
20	5.855,79	6.157,95
21	5.993,03	6.302,27
22	6.133,43	6.449,91

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
TABELAS DE VENCIMENTOS DO
QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA
Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO ATUAL (Lei Estadual nº 16175/09)

TABELA ÚNICA

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR (R\$)
1	595,09
2	612,96
3	631,34
4	650,28
5	669,78
6	689,87
7	710,58
8	732,35
9	753,84
10	776,47
11	799,75

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
TABELAS DE VENCIMENTOS DO
QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA
Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO ATUAL (Lei Estadual nº 16175/09)

TABELA ÚNICA

12	823,75
13	848,46
14	873,92
15	900,14
16	927,14
17	954,94
18	983,61
19	1.013,11
20	1.043,50
21	1.074,80
22	1.107,05

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
ANEXO II
TABELAS DE VENCIMENTOS DO
QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA
Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO PROPOSTA (Lei Estadual nº XXX/10)

TABELA ÚNICA

GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO I	
NÍVEL	VALOR (R\$)
1	625,80
2	644,59
3	663,92
4	683,83
5	704,34
6	725,47
7	747,25
8	770,14
9	792,74
10	816,54
11	841,02

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ**
ANEXO II
TABELAS DE VENCIMENTOS DO
QUADRO DE OFICIAIS DE PROMOTORIA
 Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO PROPOSTA (Lei Estadual nº XXX/10)

TABELA ÚNICA

12	866,26
13	892,24
14	919,01
15	946,59
16	974,98
17	1.004,21
18	1.034,36
19	1.065,39
20	1.097,34
21	1.130,26
22	1.164,17

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO III
TABELAS DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
 Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO ATUAL (Lei Estadual nº 16175/09)

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR (R\$)
GF 1	30	184,91
GF 2	30	246,52
GF 3	30	308,16

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO III
TABELAS DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO
 Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO PROPOSTA (Lei Estadual nº XXX/10)

DENOMINAÇÃO	Nº DE FUNÇÕES	VALOR (R\$)
GF 1	30	194,45
GF 2	30	259,24
GF 3	30	324,06

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO IV
TABELAS DE VENCIMENTOS E
GRATIFICAÇÕES DE
REPRESENTAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO
 Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO ATUAL (Lei Estadual nº 16175/09)

DENOMINAÇÃO	VCTO.	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO (R\$)
DAS-1	528,84	805,87
DAS-2	466,76	708,45
DAS-3	435,01	660,25
DAS-4	371,96	564,58
DAS-5	340,22	516,36
Assistente 1-C	219,55	129,02
Assistente 2-C	202,76	119,15
Assistente 3-C	187,17	110,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO IV
TABELAS DE VENCIMENTOS E
GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DE
CARGOS EM COMISSÃO
 Vigência:01 de maio de 2010
SITUAÇÃO PROPOSTA (Lei Estadual nº XXX/10)

DENOMINAÇÃO	VCTO.	GRATIF. DE REPRESENTAÇÃO (R\$)
DAS-1	556,13	847,45
DAS-2	490,84	745,01
DAS-3	457,46	694,32
DAS-4	391,15	593,71
DAS-5	357,78	543,00
Assistente 1-C	230,88	135,68
Assistente 2-C	213,22	125,30
Assistente 3-C	196,83	115,68

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
ANEXO V
GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS
Vigência: 01 de maio de 2010

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	Nº DE CARGOS	SITUAÇÃO ATUAL (R\$)	SITUAÇÃO PROPOSTA (R\$)
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR NÍVEL 22	1	6.133,43	6.449,91
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 90% DO NÍVEL 22	1	5.520,08	5.804,92
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 80% DO NÍVEL 22	7	4.906,74	5.159,93
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 70% DO NÍVEL 22	96	4.293,39	4.514,93
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 60% DO NÍVEL 22	13	3.680,04	3.869,93
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO NÍVEL 22	6	3.216,04	3.381,99
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 90% DO NÍVEL 22	6	2.894,44	3.043,79
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 80% DO NÍVEL 22	6	2.572,83	2.705,59

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL
DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 641/10/GAB

Curitiba, em 05/05/10.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa augusta Casa de Leis, por intermédio de V. Exa., o incluso anteprojeto de lei que estabelece o percentual dos cargos em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná que serão ocupados por servidores efetivos da instituição. Faço-o com base no disposto no artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o estatuído nos artigos 65 e 114, parágrafo 2º, da Constituição Estadual, e no artigo 19, inciso II, da lei Complementar Estadual nº 085, de 27/12/99.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a V. Exa. a garantia de minha especial estima e respeito.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO
Procurador Geral da Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Os cargos em comissão, com atribuições de chefia e direção no âmbito do Ministério Público do Paraná, serão ocupados por, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observados os requisitos de qualificação e experiência.

Art. 2º Os cargos em comissão, com atribuições de assessoramento superior no âmbito do Ministério Público do Paraná, serão ocupantes por, (no mínimo) 10% (dez por cento) de titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observados os requisitos de qualificação e experiência.

Art. 3º Revogam-se os artigos 6º, da Lei Estadual nº 16383, de 20/01/10 e o parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei Estadual nº 15913, de 28/07/08 e demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prevê o anteprojeto a regulamentação no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná das prescrições contidas no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal,

e no artigo 27, inciso V, da Constituição Estadual, estabelecendo percentual em relação à totalidade dos cargos em comissão, com atribuições de direção, chefia e assessoramento, que serão ocupados por titulares de cargos efetivos do respectivo Quadro de Servidores, observados os requisitos de qualificação e experiência.

Registre-se, por imprescindível, que em Sessão Extraordinária do egrégio colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, realizada em ..., foi aprovado este anteprojeto de lei.

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 19/05/10.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, na condição de único Parlamentar representante do Partido da República-PR nesta Casa de Leis, solicito que a partir da presente data, seja desconstituído o Bloco Parlamentar formado pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e pelo Partido da República-PR.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

(a) CHICO NOROESTE

Comunicado

COMUNICADO

Senhores Deputados:

Esta Presidência comunica que a Audiência Pública com a presença do Secretário de Estado da Fazenda, referente à Prestação de Contas do 3º quadrimestre de 2009 e 1º quadrimestre de 2010, será realizada em 25/05/10, terça-feira, às 14h30 no plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

Indicações

INDICAÇÃO Nº 087/10

SÚMULA:

Sugere a criação e instalação de Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão e a transformação de pelotões em Companhias Independentes em Capanema, Dois Vizinhos e Santo Antonio do Sudoeste.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado, com cópias aos Exmos. Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar.

O Deputado Caíto Quintana dirige-se ao Exmo. Doutor Orlando Pessuti, DD. Governador do Estado, para sugerir o seguinte:

- Sejam tomadas providências no sentido de criar e implantar, com a maior brevidade possível, um Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão, bem como viabilizar a transformação das unidades existentes em Capanema, Dois Vizinhos e Santo Antonio do Sudoeste, em Companhias Independentes.

Esta proposta visa atender reivindicação de autordades constituídas dos referidos Municípios tendo em vista que, atualmente, o Batalhão existente em Pato Branco vem atendendo 42 Municípios, com grandes dificuldades, vez que se encontra com o contingente defasado.

Além disso, trata-se de duas regiões distintas, incluindo diferenciadas Associações de Moradores e essas medidas servirão para, além de desafogar o Batalhão de Pato Branco, melhorar a segurança do Sudoeste.

Salienta-se que desde 1997 já existe lei autorizando a criação do Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão. Também, em junho de 2007, este Parlamentar encaminhou indicação no sentido de que o Pelotão da PM de Capanema fosse transformado em Companhia, tendo em vista a habilitação do tráfego internacional na Ponte ligando o Brasil à Argentina e o incremento do MERCOSUL, com um significativo aumento de pessoas em trânsito.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO Nº 088/10

SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná a criação da Escola de Soldados no 1º Batalhão da Polícia Militar.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A criação da Escola de Formação de Soldados no 1º Batalhão da Polícia Militar situado na Cidade de Ponta Grossa.

A presente sugestão justifica-se devido a importância desse tema, já que as Escolas de Soldados vem demonstrando-se essenciais nas Cidades em que já estão estabelecidas. A Escola de Formação de Soldados no 1º Batalhão da PM da Cidade de Ponta Grossa seria de extrema importância para a população, visto que a finalidade desses institutos é permitir um melhor desenvolvimento na formação dos soldados da Polícia Militar, padronizando-a, a nível de corporação.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 089/10

SÚMULA:

Sugere ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a criação de Clínicas de Reabilitação Públicas no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A criação de Clínicas de Reabilitação Públicas para atendimento aos dependentes químicos do Estado, sugerindo também a utilização de convênios com instituições sem fins lucrativos para a criação das clínicas, reduzindo desta forma os custos da proposta.

A presente indicação justifica-se devido a grande e, infelizmente, crescente quantidade de dependentes químicos no Estado, que necessitam de auxílio integral e profissional para reabilitação e reintegração a sociedade. Sendo que os CAPS-AD (Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas), fazem atendimento parcial a esses usuários, porém não demonstram capacidade suficiente para suprir as necessidades apresentadas.

Em outros Estados, como no Rio de Janeiro, por exemplo, as Clínicas de Reabilitação Públicas estão sendo eficientes e vêm trazendo enormes benefícios para a população, que é diretamente atingida pela falta desses estabelecimentos, o que desencadeia no aumento do índice de violência e criminalidade.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 090/10

SÚMULA:

Sugere ao Sr. Stênio Jacob, Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, priorizar a inclusão do bairro Capela Velha, Cidade de Araucária, na ampliação da rede coletora de esgoto da Região Metropolitana Curitiba Sul.

A Deputada que subscreve a presente indicação, usando no que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, propõe às autoridades acima citadas, priorizar a inclusão do bairro Capela Velha, Cidade de Araucária, na ampliação da rede coletora de esgoto da Região Metropolitana Curitiba Sul.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A rede coletora de esgoto da SANEPAR cobre cerca de 40% da área urbana da Cidade de Araucária. A região da Cidade que mais cresce tanto em adensamento de residências quanto em novos loteamentos é o bairro Capela Velha, que não é coberto por rede coletora de esgoto.

O bairro Capela Velha é limítrofe da Área de Preservação Ambiental do Passaúna e temos recebido constantes denúncias de lançamento de esgoto doméstico ao lado de uma nascente localizada nas seguintes coordenadas geográficas: UTM 661172 E e 7172851 S, conforme fotografias.

Sugerimos que a SANEPAR estude a viabilidade de instalar Estações de Tratamento de Esgoto do tipo "compacta". São equipamentos de baixo custo financeiro e ambiental, de rápida instalação, sendo indicados para o tratamento do esgoto de até 20 mil residências atingindo a eficiência de até 97% no tratamento de efluentes.

Diante do exposto, considero ter chegado o momento de priorizar a inclusão do bairro Capela Velha, Cidade de Araucária, na ampliação da rede coletora de esgoto da Região Metropolitana Curitiba Sul, e conto com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação desta indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1645

Senhor Presidente:

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, REQUER justificativa de sua ausência nas Sessões que se realizarão hoje nesta Assembleia Legislativa, em razão de estar participando da IX Jornada de Agroecologia no Município de Francisco Beltrão - representando a Comissão de Agricultura desta Casa.

Isto posto, requer aprovação desta Mesa.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 1649

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência, do Deputado Ney Leprevost, na Sessão do dia 19 de maio, devido a reunião na Secretaria de Saúde na condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1630

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de pesares da Assembleia Legislativa à família de Anísio Tormena, pelo falecimento deste ocorrido no dia 18 de maio, aos 65 anos, vítima de acidente automobilístico. Tormena era presidente da ALCOOPAR, SIALPAR, SIAPAR e SIBIOPAR, além de coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético e vinha se destacando na luta pelo desenvolvimento da indústria de etanol e o avanço da energia renovável no País.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de hoje, do Sr. João Antonio da Silva Kowalczuck (Jango).

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 1633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Sr. Amauri Donadon Leal, pela posse na Presidência do Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista de Maringá e Região - SIVAMAR, para o biênio 2010-2012.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado através de correspondência.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, envio de votos de congratulações ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER pela comemoração dos 54 anos da Extensão Rural no Paraná.

Requer ainda, envio de cópia.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1634

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Marco Aurélio Saldanha Rocha, Diretor-Presidente da Paraná Esporte, solicitando a liberação de kits de material esportivo para a Escola Municipal Santo Carraro e para a Escola Municipal Barão do Rio Branco, ambas do Município de Mandaguçu.

Tal solicitação, prende-se ao fato das referidas escolas intensificarem a prática desportiva com seus alunos, proporcionando aos jovens o seu desenvolvimento físico e mental, afastando-os através do esporte dos malefícios oriundos do uso de drogas.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência a professora Tânia Aparecida de Carvalho Marassi - diretora da Escola Santo Carraro e a professora Vera Lucia Volpato Bonilha - diretora da Escola Barão do Rio Branco, através de correspondência a ser encaminhada por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1635

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para a Sra. Lucia Arruda - Presidente do PROVOPAR, solicitando a liberação de cadeiras de rodas e de banho, para atender as pessoas humildes e desprovidas de recursos financeiros

do Município de Sarandi, conforme ofício encaminhado pelo Vereador Ailton Ribeiro Machado, da Câmara Municipal de Vereadores.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao referido Vereador - Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações para o Sr. Mário César Stamm Júnior, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a seguinte informação abaixo, conforme ofício encaminhado pelo Vereador João Lara Vieira, 1º Secretário da Câmara Municipal de Sarandi.

- Existe alguma normativa e/ou determinação da Divisão de Serviços de Transporte Comercial (DSTC), para que não haja a parada obrigatória de ônibus intermunicipais e interestaduais na rodoviária do Município de Sarandi?

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Vereador João Lara Vieira, através de correspondência a ser encaminhada para a Câmara Municipal de Sarandi.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1653

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente SOLICITA informações junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná a respeito do cadastro e ações das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e Organizações Não Governamentais (ONGs) prestadoras de serviço para órgãos públicos do Estado do Paraná, que terceirizam mão de obra para órgãos estaduais, Prefeituras Municipais e paraestatais como COPEL e SANEPAR.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Exmo. Sr. Presidente Hermas Brandão.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Tem este requerimento o objetivo, conforme denúncias apresentadas pela Rede Globo de Televisão, levantar informações a respeito do cadastro das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS) e Organizações Não Governamentais (ONGs) prestadoras de serviço para órgãos públicos do Estado do Paraná, que terceirizam mão-de-obra para órgãos públicos estaduais, Prefeituras Municipais e paraestatais como COPEL e SANEPAR.

Esta solicitação é justificada pela preocupação quanto ao desvio de recursos em entidades públicas, não-pagamento de encargos e impostos, uso de mão-de-obra não qualificada e outros problemas de ordem civil e criminal.

É possível salientar, neste momento, a operação realizada pela Polícia Federal que acarretou na prisão de 11 pessoas acusadas de envolvimento em esquema de desvio de recursos a partir do Centro Integrado de Apoio Profissional (CIAP), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) com sede em Londrina. Segundo matéria televisiva disponibilizada, suspeita-se que cerca de R\$ 300 milhões foram desviados nos últimos cinco anos - R\$ 10 milhões somente em Londrina, onde seis foram presos. No mesmo período, a entidade teria faturado R\$ 1 bilhão.

De acordo com a Receita Federal, aproximadamente 30% dos recursos recebidos pelo CIAP eram transferidos para uma conta bancária específica da entidade, sob a justificativa de cobrir despesas administrativas. A Polícia calcula que a entidade tenha recebido mais de R\$ 1 bilhão em verbas em cinco anos. Desta conta, ainda conforme a Receita, a organização fazia retirada de grandes volumes, sempre em dinheiro em espécie e sem identificação, alegando se tratar de pagamento para empresas fornecedoras. Contudo, as investigações apontaram que as empresas pertenciam a parentes ou pessoas de confiança dos responsáveis pelo CIAP.

Ressalta-se, desta forma, a necessidade de recolhimento de tais informações, impedindo o desenvolvimento de quaisquer nichos de malversação de recursos públicos que prejudiquem bem como o erário público quanto toda a população paranaense.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 226/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a ONG Futebol de Rua, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A ONG que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede no Município de Curitiba - Paraná é constituída sob a forma de Organização Não Governamental, é uma associação civil para fins não econômicos, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem vinculação político-partidária, distinção de credo, etnia, classe social e gênero e com prazo de duração indeterminado.

A ONG Futebol de Rua tem como principais objetivos elaborar, executar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerir a formulação e implementação de planos, programas, projetos e demais ações que promovam a responsabilidade social e a inclusão social de crianças, jovens, adultos e idosos através de atividades sócio-culturais, por meio do esporte e em especial do futebol.

A ONG Futebol de Rua visa ainda as seguintes finalidades:

I - Promover eventos disseminando a prática do esporte em comunidades e com população carente;

II - Promover a arte (cultura e lazer) em comunidade e populações carentes;

III - Promover, coordenar e executar atividades que, através do esporte, invistam na formação de crianças, jovens, adultos e idosos;

IV - Elaborar, implementar e gerenciar planos, programas, projetos e parcerias que proporcionem suportes assistenciais, culturais, educacionais, esportivos e sociais aos beneficiados;

V - Promover, coordenar e executar encontros, oficiais e cursos esportivos, curso de prática do Futebol de Rua, programas de capacitação voltados ao desenvolvimento sociocultural do público alvo.

VI - Elaborar estudos, pesquisas, desenvolvimento de metodologias e alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades desenvolvidas pela ONG Futebol de Rua;

VII - Editar, publicar e divulgar estudos, projetos, ações, propostas, planos, papers, resultados de debates e matérias jornalísticas de interesse social, de autoria da Organização ou de terceiros, nos veículos de comunicação de massa, bem como quaisquer outros meios de comunicação;

VIII - Cooperar e associar-se com outras organizações sociais, com objetivo de planejar e executar estudos, projetos e atividades no campo de atuação da ONG Futebol de Rua;

IX - Promover intercâmbios, de forma geral, com organizações sociais e organismos nacionais, visando, em especial, as finalidades definidas no parágrafo 2º, III do artigo 2º;

X - Promover e realizar termos de parcerias, cooperações, acordos, contratos e convênios, com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas, no cumprimento de sua missão institucional.

Em anexo documentos e relatórios das atividades da ONG Futebol de Rua.

Por essas razões esperamos o devido apoio e aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 227/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 11 da Lei nº 16390, de 02/02/10, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. As Comissões Permanentes poderão contar com a estrutura de até cinco cargos de provimento efetivo, de acordo com a especificidade técnica de cada comissão, a serem providos por concurso público, e um cargo de provimento em comissão simbologia G-2.

§ 1º No prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei, serão criados por lei, os cinco cargos a que se refere o *caput*, de acordo com a necessidade técnica de cada comissão permanente.

§ 2º As comissões provisórias funcionarão com apoio dos servidores das comissões permanentes.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O princípio constitucional da eficiência aplicável à Administração Pública pressupõe estrutura permanente e profissionalizada.

As Comissões Permanentes do Parlamento devem estar preparadas tecnicamente para atender às mais diferentes demandas dos parlamentares e sociedade.

O nível de profissionalismo e rigor técnico perseguidos somente pode ser alcançado com quadro de servidores efetivos que possam prestar assessoria técnica a todos os parlamentares independente de seus partidos políticos.

O que se busca com a presente proposição é estruturar as comissões com servidores de carreira, portanto, não vinculados a nenhum segmento político partidário da Assembleia Legislativa.

Em homenagem aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e previstos no *caput* do artigo 37, espera-se que a proposição receba o apoio de todos os Deputados Estaduais.

PROJETO DE LEI Nº 228/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o *campus* universitário de Prudentópolis, ligado à Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Parágrafo Único. Inicialmente serão ofertados cursos de graduação nas áreas de Ciências Humanas, Letras e Artes e de Ciências Sociais Aplicadas, podendo abranger outras áreas, conforme planejamento da UNICENTRO.

Art. 2º A criação e a instalação submetem-se ao remanejamento orçamentário decorrente da implantação da lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19/05/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) é uma instituição pública de ensino superior mantida pelo Governo do Estado do Paraná, com sede na Cidade de Guarapuava, onde possui dois *campi*: Santa Cruz e Cedeteg. Possui *campus* na Cidade de Irati e *campi* avançados nas Cidades de Chopinzinho, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Prudentópolis. Sua região de abrangência é de 50 Municípios, totalizando aproximadamente 1 milhão de habitantes. Sua comunidade universitária é formada por 9.500 alunos, 800 professores e 400 funcionários. A instituição oferta 53 cursos de graduação em seus *campi* e extensões. Oferece também cursos de pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu* e sequenciais.

Naturalmente que as universidades não são somente espaços de ofertas de cursos acadêmicos, mas também desenvolvem diversos trabalhos de extensão universitários, auxiliando em muito no desenvolvimento da região, do Estado e do Brasil.

O Município de Prudentópolis, com sua população de 51 mil habitantes e 100 mil na região, fortalecido com seus agricultores familiares, cerca de 8.000 pequenas propriedades rurais, é o maior centro de pequenos produtores do Paraná. A Cidade é também o maior polo de imigração ucraniana do Brasil. A beleza natural do Município é exuberante, com suas famosas cachoeiras, como os Saltos do Barão do Rio Branco, São Francisco, São João, São Sebastião e mais outras cinquenta cachoeiras.

A região também é muito rica, contando com os Municípios de Imbituva, Guamiranga, Ivaí e Ipiranga, entre outros, onde a cerâmica, a madeira e a indústria têxtil são atividades muito desenvolvidas, que formam arranjos produtivos locais.

Neste momento, acabou de ser construído o Centro de Educação de Prudentópolis, onde se pretende instalar o novo *campus* universitário.

Por todos os motivos elencados, a região espera que esta Casa aprove o presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, consulto V. Exa. se poderei usar o Pequeno e o Grande Expedientes. Pois não.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que é uma hora difícil que estamos vivendo aqui. Hoje a manifestação de inúmeras entidades associações, sociedades representativas, a comunidade que representa o Paraná, como a Associação Comercial do Paraná, Associação dos Dirigentes de Empresas de Mercado Imobiliário, Associação Brasileira

de Ética e Respeito ao Cidadão, Academia da Cultura de Curitiba, Associação Comercial e Industrial de Londrina, Associação de Jornais do Interior do Estado do Paraná, Associação de Emissoras e Difusão de Rádios do Paraná, Associação Projeto Não Violência Brasil, Associação de Revendedores de Veículos Autônomos do Estado do Paraná, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná - CREA, Central Única dos Trabalhadores, Conselho Regional de Contabilidade, Federação da Associação Comercial e Empresarial do Paraná, Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná, FIEP, Federação do Comércio do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Instituto dos Advogados do Paraná, Instituto de Engenharia do Paraná, Instituto de Promoção e Desenvolvimento do Paraná, Movimento Pró-Paraná, Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná, Sindicato de Agências de Propaganda do Estado do Paraná, Sindicato das Escolas Particulares, Universidade Federal do Estado do Paraná, Universidade Livre, enfim, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos diante de um clamor da população do Estado do Paraná, diante de manifestações que começam em Curitiba e se estendem para o interior. O que pedem esses manifestantes? Pedem que a Assembleia Legislativa tome as providências que deve tomar. Pedem para que nós Deputados Estaduais possamos nos manifestar.

Meu caro Presidente Nelson Justus, meu caro 1º Secretário Alexandre Curi, meu caro 2º Secretário Valdir Rossoni, diante da situação e do clamor popular, eu penso, sem entrar no mérito de absolutamente acusar alguém, porque não me cabe, mas me parece que seria um ato de humildade de V. Exas. licenciarem-se, pelo menos temporariamente, para que este clamor possa ser atendido.

Eu sei que é bastante duro pedir a alguém que está enfrentando o que está enfrentando, como é o caso da Comissão Executiva da Assembleia, que me parece que é um ato de grandeza, de humildade, é um ato que atende o clamor dessas entidades tão respeitadas por nós ao longo de nossa vida pública, que se unem e se congregam no objetivo de fazer essa solicitação.

Penso, Sr. Presidente Nelson Justus, que não ficaria nada mal pedir licença temporariamente, até para poder V. Exa. refletir um pouco sem estar incumbido diretamente nas funções de Presidente, nem o Alexandre Curi na função de 1º Secretário e nem o Valdir Rossoni na condição de 2º Secretário - por isso existem os Vice-Presidentes e acho que estaríamos dando uma satisfação, porque é natural que este movimento a cada dia ganhe mais adeptos e o Ministério Público está fazendo o seu papel. Cabe ao Ministério Público, cabe à Justiça julgar os atos cometidos, mas temos que dar exemplos e certamente V. Exa. poderão me interpretar mal neste momento, mas quando fizerem uma análise mais profunda, com o tempo verão que eu não tive e não tenho outra intenção senão preservar este Poder.

Quero, sim, respeitar os meus colegas, V. Exas. contam com minha admiração, mas acho que é, Sr. Presidente Nelson Justus, para o bem desta Casa, para o bem da instituição, porque o clamor popular vai aumentar, vão aumentar as manifestações das entidades organizadas, vai aumentar a pressão da imprensa e certamente V. Exas. já estão enfrentando muita coisa nesses dias, e me parece que é de bom senso pensarmos neste objetivo.

Espero, Sr. Presidente, ser compreendido na minha manifestação, mas não posso me calar diante da tamanha pressão popular e da expressiva união das entidades públicas e privadas do Estado do Paraná neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vou responder, Deputado Neivo Beraldin, até porque já tive oportunidade de responder a outros Deputados a questão que foi feita, houve um Deputado que fez esta propositura.

Tenho a impressão que V. Exa., que é um Deputado experiente nesta Casa e deve estar acompanhando, melhor do que ninguém, Deputado Neivo Beraldin, deveria saber o que nós fizemos e o que estamos fazendo até agora.

Hoje concluímos o nosso reenquadramento. Demos um prazo final até o dia 31 de maio para concluirmos este trabalho.

Eu não vejo, Deputado Neivo Beraldin, *datíssima vênica*, com todo respeito, em quem mudaria o andamento das investigações que o Ministério Público vem fazendo com o apoio desta Casa, mesmo da Polícia Federal ou da Justiça com a saída da Mesa Executiva. Aliás, posso afirmar a V. Exa., pelo contrário, o Ministério Público faz questão que a Mesa Executiva continue para ter a garantia que está tendo a continuidade das investigações que estamos fazendo.

Então, a pressão popular que confesso, vejo apenas de uma rede de comunicação, e que trouxe 50 gatos pingados hoje aqui na frente da Assembleia, que é um direito democrático e eu não vou, em hipótese alguma, censurar isto e estou disposto, a qualquer instante, a dialogar com quem quer que seja para explicar o que fizemos e o que aconteceu.

Agora, com todo respeito, Deputado Neivo Beraldin, discursos dessa maneira não contribuem em nada com o momento que estamos vivendo! Contribuem, sim, ações, atos, atitudes firmes para que possamos passar a nossa Casa a limpo, e V. Exa. sabe muito bem do que estamos falando! Isso é o que estamos fazendo e é isso que vamos fazer até o dia 2 de fevereiro, quando então entregaremos ao meu sucessor uma nova Assembleia!

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo à tribuna no Pequeno Expediente, a pedido da SindSaúde que alguns aqui conhecem. Deputado Belinati certamente conhece a direção do SindSaúde de

Londrina, outros Deputados aqui também conhecem e há uma situação muito específica. Não tenho o hábito de vir à tribuna para que façamos debates específicos que envolvem categorias, servidores dessas categorias, mas já existe há algum tempo uma solicitação para que fizéssemos este registro e, atendendo essa solicitação nesse horário quero fazer, até por uma questão de lealdade à direção do Sindicato da Saúde do Estado do Paraná e a toda a sua diretoria mas, à pessoa que está solicitando que nós tentássemos esse processo de dar conhecimento de uma situação específica da Prefeitura de Pontal do Paraná. Desde o começo deste ano há uma carta de apoio que está publicada e eu vou lê-la.

Deputada Rosane, V. Exa. que é da área de Saúde sabe bem o que significa isso porque trabalhou na área da Saúde em Araucária e sabe como é muitas vezes a relação entre a Prefeitura, o Estado e a unidade de Saúde.

(Lê):

Carta de apoio à diretora do SindSaúde/PR: a Prefeitura do Município de Pontal do Paraná, desde o começo deste ano, iniciou uma ação política de perseguição contra a servidora estadual da Saúde e diretora do SindSaúde/PR, Maria do Carmo Gênero. Vários fatos demonstram a decisão política no sentido da funcionária desistir de trabalhar em Pontal do Paraná. Ou seja, a Prefeitura quer eliminar a profissional do Município. essa servidora está há 20 anos trabalhando em unidades de Saúde, sem nunca ter tido uma reclamação da sua conduta profissional. Nos últimos cinco anos está desenvolvendo seu trabalho para o Município de Pontal do Paraná. Não há registro de qualquer incidente que a desabone profissionalmente, sendo reconhecida pelos colegas de trabalho ou pela população nas Cidades em que trabalhou por sua dedicação e luta pela Saúde Pública.

Esta servidora é hoje representante pelo SindSaúde/PR no Conselho Municipal de Saúde de Pontal do Paraná e tem desenvolvido sua atribuição de conselheira de maneira exemplar. O Conselho de Saúde tem, estabelecido por ela, a atribuição de fiscalizar e decidir sobre a política de saúde inclusive nos aspectos financeiros. É provável que a participação ativa da servidora no Conselho Municipal de Saúde esteja incomodando a Administração Pública. Apesar de seu compromisso com a Saúde Pública e com o bom desenvolvimento do seu trabalho, Maria do Carmo Gênero, foi informada oficialmente que a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná dispensou os seus préstimos, colocando-a à disposição da 1ª Regional de Saúde. Ou seja, a Prefeitura abriu mão de ter uma servidora do Estado atuando em Pontal do Paraná, sem custo algum para o Município. A própria Secretaria de Estado da Saúde - SESA - não acatou o pedido desta Prefeitura, pois sabe que estará desrespeitando a legislação. A Lei nº 10981/94, que rege a relação e direitos dos servidores públicos estaduais enquanto dirigentes sindicais, não permite que um dirigente seja transferido de local de trabalho no período

do seu mandato e após um ano do término do mesmo. Além disso, os servidores cedidos para os Municípios, desde a implantação do SUS na década de 90, não podem ser transferidos de forma unilateral, sendo somente permitida a transferência se houver interesse público e concordância do funcionário.

No último dia 4 de março, o SindSaúde/PR agendou reunião com o Prefeito Rudisney Gimenes (PMDB) para buscar um diálogo e solução para o problema. Durante a conversa não houve abertura para o diálogo por parte do Prefeito e ficou claro que não há motivos de interesse público para a transferência, e que se trata apenas de perseguição política. Diante dos fatos, nós, entidades e trabalhadores abaixo assinados, repudiamos o desrespeito à liberdade política e sindical que a Prefeitura de Pontal do Paraná vem realizando e solicitamos que este ataque contra os direitos dos trabalhadores cesse imediatamente. Solicitamos que seja respeitada a lei do dirigente sindical e que a servidora Maria do Carmo Gênero permaneça trabalhando no local de sua lotação.

Assinam este documento: SindiSaúde/PR - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Estado do Paraná; Central Única dos Trabalhadores; Coordenação dos Movimentos Sociais - CMS/PR; Pastores Sociais; União Brasileira de Mulheres - Seção Paraná; Marcha Mundial das Mulheres - MMM/PR; União Paranaense de Estudantes - UPE; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná - SINDIJUS/PR; Fórum Popular de Saúde - FOPS; SISMUC - Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba; Associação dos servidores Municipais de Curitiba; Núcleo Sindical Curitiba Sul - APP Sindicato (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná); SINPROSMAT (Sindicato dos Servidores Municipais de Almirante Tamandaré); SINDESC - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviços de Saúde de Curitiba e Região Metropolitana; SISMUNE - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança e Região; Sindicato dos Bancários de Toledo e Região; CEPAT - Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores; Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e região; Centro de Estudos Políticos e Culturais Ernesto Che Guevara; SINSEP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais, Valdemir Bibiano do Prado - Sindicato dos Bancários de Londrina; Silnaney Bernardi - SINDIPETRO/PR/SC; Vera Lucia P. Nogueira - Federação Servidores Urbanitários; Claudeir Fernandes - Sindicato Eletricitários de Maringá; Carlos A. de Melo - Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Paraná; João Soares - Federação dos Vigilantes do Paraná; Carlos A. Copi - Federação dos Bancários da CUT - PR; Elizeu Galvão - Sindicato Bancários de Cornélio Procópio; André C. B. Machado - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Selio de Souza Germano - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Pablo Dias - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Junior

Cesar Dias - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Marcio Kieller - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Antonio Fermino - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Otavio Dias - Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região; Jean Carlo Pereira - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Diego Moreira - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Paulo Sergio Gomes - Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região; Ademir Pincheski - Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região; Carlos Machado - Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região; Maria Stedile - CUT/PR; Roni Anderson Barbosa CUT/PR; Natalia Silva - APP Sul; André R. N. - Juventude do Partido dos Trabalhadores; João Eraldo Ribas dos Santos - Sindicato Servidores Públicos de São Mateus do Sul; Marcos Rochinski- FETRAF Sul; Alexandre Schmerega - SINDAEL Londrina.

Por isso Sr. Presidente, Srs. Deputados acredito que devemos apelar para o bom senso. É comum que aconteçam atritos entre servidores da administração e isso faz parte não é desejável, mas faz parte do trabalho.

O que não é comum é que se busque resolver esses atritos descumprindo a legislação. Isso não vamos concordar e tenho certeza que a Prefeitura deverá rever o seu posicionamento porque não há nenhum interesse nem no sindicato, nem das centrais, nem das pessoas que subcrevem esse documento, em fazer desta situação que transforme aquilo que é para ser uma relação normal entre fiscalizado e fiscalizador, em relação que crie um clima de confronto desnecessário que pode ser evitado, mas que muitas vezes não é evitado, por parte de uma das duas partes desse processo.

Era isso que gostaria de ler. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Passo a palavra ao Deputado Antonio Belinati no Pequeno Expediente.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que acompanham as transmissões dos trabalhos da Assembleia Legislativa; o Jornal do Oeste, que é de Toledo, por sinal terra do grande Deputado Duílio Genari, traz uma matéria interessante: *CAGED mostra números positivos em Toledo*. E Toledo, dentro os Municípios que mais geraram empregos, aqui no Paraná. Então, parabéns ao Deputado Duílio Genari, ao Prefeito José Carlos, parabéns ao Vereadores, aos empresários, ao povo de Toledo. Porque se Toledo está gerando empregos, é porque a situação lá está muito boa. Ficamos tristes quando vemos uma Cidade andando em retrocesso.

Temos o jornal Metrópole: *Polícia Federal desarticula quadrilha e prende o maior traficante de drogas do Paraná*.

A Gazeta do Paraná, traz uma matéria dos Marcos Formighieri: *Oposição cobra promessas do Roberto Requião*. É coisa que o Roberto Requião prometeu ainda como candidato e como Governador e que não foi cumprido.

Citaria algumas coisas que ainda precisam ser cumpridas: o Plano de Cargos e Carreira para a Polícia Civil; o Plano de Cargos, Carreira e Vencimento para o pessoal da área da Saúde; a redução da jornada de trabalho para 30 horas; a implantação através da PEC, do subsídio para os policiais militares e para os bombeiros; o pagamento, que agora virou uma paçoca, que aprovamos aumento para todos os servidores públicos, mas é uma enganação, uma enrolação, estão fazendo o servidor público de palhaço, no Paraná.

Meu Deus do Céu! Aprovamos um aumento tão micharia, tão insignificante e ainda fica lá, paga não paga, parece que estão esperando o servidor fica ajoelhado, implorar. Se já é lei, porque não é cumprida? Porque só o Governo não cumpre suas obrigações?

Então, esperamos que o Governo implante, sim, este aumento irrisório, até desumano. Mas, antes pouco do que nada, porque o servidor está na expectativa desta melhoria.

Folha de Londrina: José de Andrade Vieira traz algumas matérias interessantes, vamos ver. Candidatos a Presidente não são carismáticos. Tenho visto o Serra discursar, a Dilma também. Acho que teria que ter um concurso, de quem é o pior orador. Esta campanha, pelo menos para Presidente, será uma campanha, na minha instituição, muito gelada, muito fria, não temos ninguém com uma grande bandeira para o povo, não.

E quem acaba agradando nas palestras que faz é a Marina Silva. É de uma partido pequeno, vai ter pouco horário na TV, está com 8, 9, 10% nas pesquisas. Ela agrada. Ela é esperta, também. Estava vendo a lista, na Inglaterra, que é um País rico, quais são os 100 milionários da Inglaterra, as 100 pessoas mais ricas da Inglaterra. E esse dono da Natura, uma empresa de produtos de beleza, sendo que agora mulher e até homem está procurando se embelezar, porque há um tempo quando os homens se embelezavam o chamavam de gay, mas agora não necessariamente. O machão, pelo menos de fachada, também está buscando plástica, está buscando produtos de beleza de tal maneira que o dono da Natura, que vai ser o vice da Marina, só na Inglaterra está na lista dos 100 homens mais ricos do mundo, embelezando os brasileiros e brasileiras.

A Folha de Londrina traz: *Tribunal de Contas do Estado aponta deficiências no Programa Saúde da Família*. É um programa bom em que a pessoa as vezes está doente em casa e não tem condições de se dirigir a um posto de saúde e, o médico vai à casa de quem está doente. Mas, muitas vezes nem no próprio posto de saúde, inclusive com equipamentos como uma radiografia ou uma

ultrassonografia, sendo que muitas vezes tem no posto de saúde uma casinha, um médico, um enfermeiro e não tem equipamento nenhum. Mas, de qualquer maneira, o médico da família é uma coisa boa para a população de baixa renda, para a população pobre, mas é uma pena que não está indo bem em muitas Cidades do Paraná e tem até irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas, que o Tribunal de Contas detectou.

Também, dizer que a Polícia Federal prendeu aqui o Fernandinho Beira-Mar do Paraná. E esse traficante de drogas aqui era esperto, porque foi escolher logo uma mulher bonita para se casar, uma segunda colocada no Miss Curitiba, com a grana que estava!

O jornal O Presente traz uma matéria: *Solução para resíduos é apresentada para empresários*. É um jornal de Marechal Cândido Rondon, terra do meu amigo Elio Rusch.

A Tribuna do Vale, do Diretor Benedito Francisquini: *Triticulor inicia a safra sem ter recebido o seguro do ano passado*. É um desrespeito com o agricultor! A salvação para o Brasil está sempre em uma agricultura forte, porque comida vai ser sempre fundamental. Nós temos que incentivar o agricultor, dar condições de produção e dar também as garantias de que ele precisa. Mas está aqui: *Triticulor inicia a safra sem ter recebido o seguro do ano passado*.

E o jornal O Paraná traz: *Clima é tenso no Paraguai com Estado de Exceção*. E mais uma matéria: *Lucro de traficante de drogas era de 6 milhões por ano*. O lucro líquido era de apenas R\$ 500 mil por mês para vender a maldita droga que destrói a felicidade de adolescentes, de jovens e de vez em quando de detecta que até crianças têm consumido droga. A droga que infelizmente muitas vezes está na porta da escola, está na porta da igreja e outro dia pegaram droga escondida no forro de uma igreja. A droga que leva o dependente químico ao desespero, sendo que ele é capaz de matar para arrumar o maldito dinheiro para poder comprar a droga. Se bem que o traficante é bonzinho, ele não é de todo ruim porque no começo ele vende a droga fiado para viciar a pessoa, mas a lei do mundo do tráfico de drogas é uma só: é a pena de morte. Se comprou a droga e não pagou R\$ 10, o viciado vai morrer. Eles matam e matam mesmo. Aí o viciado, sabendo que está correndo risco de vida, quando ele compra a droga e está devendo, seja R\$ 10 ou R\$ 20, se for preciso ele mata a mãe, o pai ou pratica assalto para poder pagar o traficante de drogas. Agora, como resolver este problema? A droga está em todo canto aqui no Brasil e pelo que vemos se espalha por todo planeta. Então, na nossa visão, é incompetência ou deficiência das autoridades responsáveis para o combate de drogas.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Essa história, Deputado Chico Noroeste, que de vez em quando vai a Globo, a Record, a Band, o SBT, a Rede Massa, a CNT, filmar que encontraram droga no

fundo falso de um carro ou de uma caminhão de mudança ou dentro de um boi cuja carne estava sendo exportada para Europa não tem mérito nenhum, porque quase sempre a Polícia chega onde está essa droga porque alguém ligado aquele próprio traficante deu com a língua nos dentes, denunciou, disse? “Oh, está indo um caminhão de mudança a placa é x e está levando droga em tal lugar do caminhão!” Aí o caminhão é parado, mas quando é parado já está a Globo, a Record, a Band, o SBT, a CNT, todos os canais ali para documentar como se fosse um grande mérito na descoberta da droga, mas quase sempre é briga entre os próprios traficantes, e ainda bem que eles brigam e se matam entre eles.

Eu fico analisando, Deputado Valdir Rossoni, grande líder da política paranaense, não consigo ver a fotografia de um traficante com mais de 50 anos de idade. Eles morrem muito novos, se matam entre si. Aí é um benefício que acabam fazendo para a própria sociedade. A droga que destrói está aqui: uma pessoa ganhar R\$ 500 mil por mês para vender o maldito crack, a maldita cocaína, a maldita heroína, o êxtase, e tantos outros tipos de droga. A maconha virou refresco perto de tanta droga potente que, hoje, temos por aí. Queira Deus que um dia para restaurar a felicidade nos lares, nas famílias de bem deste Paraná e deste nosso Brasil, os traficantes possam ser banidos do convívio com a sociedade e seja dado um fim, um basta no tráfico de um produto tão maligno para felicidade do povo que é a droga.

Presidente Elton Welter, hoje, a Comissão da Câmara dos Deputados em Brasília aprovou um projeto que ainda vai a Plenário e, se os Deputados Federais aprovarem, vai ao Senado. Posteriormente, se aprovado, sancionado, transformado em lei vai dar a todo trabalhador e trabalhadora o direito de ficar em casa durante um mês se o filho, criança até 12 anos de idade, ficar doente. É uma lei complexa, tem o lado bom desta lei e tem o lado que preocupa e cria uma expectativa. Não é só para os trabalhadores do serviço público não, do serviço público e da iniciativa privada. Se o cidadão tiver um filho e este ficar doente, o trabalhador terá um mês para ficar em casa. E qual é o filho que não fica doente? Qual é a criança que mais dia menos dia não fica doente? Então, a partir do momento em que uma criança ficar doente, o pai ou a mãe que tem um emprego fora de casa poderá pedir licença, poderá faltar até 30 dias no trabalho e o patrão vai ter que pagar.

É uma coisa boa em sendo de fato uma doença grave de uma criança de um dia até 12 anos de idade, mas, por outro lado, também, vem aquela pergunta: será que isso lá na frente não pode ser um feitiço contra o feitiço? Será que não vai haver patrão que vai, na hora de selecionar os seus empregados, dizer: “Bom, quem tiver filho com menos de 12 anos não trabalha na minha empresa!” Pode até acontecer isso. Tomara que não, porque o sentido da lei que estão votando é um sentido bom. Às vezes, o filho está passando mal. Nem toda doença vai justificar o cidadão faltar ao trabalho, porque tem gente

que, às vezes, está aqui no Paraná, a avó mora no Piauí ou no Pará, e a avó esta com a unha encravada, e o neto aqui que muitas vezes faz 10 anos que não vê a avó já quer faltar no trabalho porque a avó está doente lá do outro lado do Brasil. Então, tem esse tipo de malandragem, mas nós não podemos levar em conta aqueles que não são bons empregados. Temos que parabenizar quem é bom empregado. Então que esse projeto sendo aprovado ele seja de fato em benefício àquele que é um bom pai, boa mãe, para que num eventual caso de doença do seu filho até 12 anos de idade ele possa ficar em casa até um mês, faltando ao trabalho sem perda de vencimento.

E para terminar, eu vi uma notícia triste agora pouco no jornal, no Rio de Janeiro a polícia entrou no morro agora de manhã, ia passando o carro da polícia e um cidadão estava lá carregando alguma coisa, a polícia antes de ver o que era, antes de parar o cidadão para averiguar se era bandido, a polícia atirou e matou o cidadão achando que era uma arma que ele estava carregando; e não era arma, era apenas uma furadeira, era um trabalhador. Que pena, um trabalhador saindo de casa em direção ao trabalho, não é aqui no Paraná, mas é mais uma vida humana que se perde em vista de um erro praticado por uma autoridade policial despreparada para usar a arma de fogo.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

A pedido do Deputado Scanavaca quero anunciar a presença no Plenário do Prefeito de Mariluz, Sr. Paulo, e de liderança daquela comunidade, do Marcos Venancio e do Aparecido Pereira. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa. E também cumprimentar nas galerias, a pedido do Deputado Duílio Genari, do ex-Secretário de Saúde, também Vereador da Cidade de Nova Santa Rosa, do Rodrigo Fernandes. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Passo a palavra ao Deputado Rafael Greca, ainda no Pequeno Expediente.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos assistem pela TV SINAL. A boa notícia de hoje é o aumento do número de empregos no Estado do Paraná no mês de abril de 2010. Segundo informações do Ministério do Trabalho e do Emprego o Paraná gerou 20 mil 593 empregos formais com carteira assinada nesse mês que passou; 7 mil 937 contratos com carteira assinada. O Paraná registrou um número de empregos formais 159% maior que o verificado no mesmo mês do ano passado. O Desempenho do Paraná foi o melhor da região SUL, os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego são do cadastro geral de empregados e desempregados. Com o resultado de abril o Paraná fecha o quadrimestre com 71 mil 411 novos postos de trabalho, segundo melhor resultado de toda a série histórica de levantamentos. O maior resultado ocorreu em 2008,

quando foram 78 mil empregos gerados. Comparado com o ano passado, quando os empregos gerados em janeiro, fevereiro, março e abril, foram apenas 22 mil, o crescimento foi de 212%. Nos últimos 12 meses tem crescido o nível de emprego, graças a Deus, no Paraná e no Brasil.

Segundo o Secretário Tércio Albuquerque, o Paraná deve manter em 2010 a liderança na geração de empregos. O que isso significa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas? Significa o acerto das políticas paranaenses de isenção e redução de impostos, que trocam ICMS por emprego. Por exemplo, só na criação do polo de software na Cidade Industrial de Curitiba, que foi uma criação da minha Companhia de Desenvolvimento, quando fui Prefeito da Cidade, temos ali, por exemplo, uma empresa do porte da Positivo Informática. Essa empresa gera 5 mil empregos diretos no Paraná, em troca da política acertada de isenção de impostos que existe no nosso Estado.

O Governador Roberto Requião, hoje afastado para concorrer ao Senado, acertou da sua política de troca de empregos por impostos. Política que prossegue com o Governador Orlando Pessuti. A indústria foi o setor que apresentou o maior número de contratações, no mês de abril, com 8 mil e 083 empregos; o subsetor imobiliário e madeireiro, 1 mil e 003 novos empregos; o setor de vestuário apresentou 996 novos postos de trabalho. Os dados do Ministério do Trabalho mostram que as Cidades do interior do Paraná geraram 64% dos novos empregos do mês de abril, com 13 mil 177 postos de trabalho. Os 26 Municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba geraram outros 7 mil 416 empregos. Com o resultado de março sobe para 2 milhões e 272 mil o número de brasileiros empregados no Paraná.

Quero me congratular com esta Assembleia Legislativa, que aprovou a legislação que troca ICMS por empregos. Dizer que essa mesma perspectiva de prosperidade se desenha em todo o Brasil, também pelo acerto das políticas econômicas do Presidente Lula.

Então, feliz notícia tem hoje o Paraná. Sei que as boas notícias nem sempre saem no jornal. Houve até um poeta que disse: "A dor da gente não sai no jornal." Os jornais, normalmente, só falam de aviões que caem. O avião da economia brasileira está voando. No mês de abril. O Paraná teve 2 mil 593 novos empregos.

Deus abençoe o pão nosso de cada dia, copioso, na mesa desses novos trabalhadores do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Iniciamos no dia de hoje um projeto de indicação legislativa, ao Governo do Estado do Paraná, ao Governador Orlando Pessuti, em favor de um trabalho

que temos feito há bastante tempo. Hoje, acredito que já delineado, para que se faça a instalação de um batalhão da Polícia Militar na Cidade de Francisco Beltrão, Região Sudoeste do Paraná, para dividir a responsabilidade do atendimento de Segurança Pública com o batalhão existente na Cidade de Pato Branco. O batalhão da Cidade de Pato Branco, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, atende hoje mais de 42 Municípios da Região Sudoeste, com um contingente de aproximadamente 300 militares só. É impossível se falar em Segurança Pública se não tivermos uma quantidade suficiente de policiais e, ao mesmo tempo, uma subdivisão de responsabilidade para atender uma região tão importante quanto aquela.

Com a criação do batalhão da Polícia Militar na Cidade de Francisco Beltrão, atendendo a microrregião de Francisco Beltrão, estaríamos desafogando o atendimento da microrregião de Pato Branco, possibilitando neste batalhão que já existe um atendimento melhor e passando a atender, através de Francisco Beltrão, os Municípios daquela microrregião.

Com a criação do batalhão da Polícia Militar sediado em Francisco Beltrão, também temos sugerido a transformação da companhia existente no Município de Dois Vizinhos, que ela seja transformada em companhia independente. Bem como a criação de uma companhia independente no Município de Capanema e a elevação da companhia de Santo Antonio do Sudoeste.

Se tivermos que pensar em Segurança Pública no Estado do Paraná, o ideal e a melhor forma de fazê-lo, principalmente agora que estão passando pela escola 1 mil e 100 policiais novos, e com a possibilidade ainda do Governador chamar mais 500, é dividirmos esses policiais no atendimento das microrregiões do Estado do Paraná. Porque a concentração e ausência de policiais nos Municípios, a ausência de uma força tarefa que possa dar segurança à população da lei, é um dos instrumentos que faz com que a violência, cada vez mais, esteja saindo dos grandes centros para poder campear solta dos Municípios menores do interior do nosso Estado.

Então, gostaria de contar com o apoio dos nossos Deputados desta Casa, visto estarmos adiantados em conversações com a Secretaria da Segurança Pública, com o Comando da Polícia Militar e com o Governo do Estado do Paraná. Existe uma lei autorizatória já aprovada na Assembleia Legislativa, disponível, até porque não precisaria o Governo do Estado ter essa lei, mas a solicitação ao Governador é para fazer crer que o Poder Legislativo, preocupado com a Segurança Pública do Paraná, está a solicitar que esse batalhão seja criado, o mais breve possível, para oferecer segurança a todos nós.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, quando vim à tribuna, tinha este assunto a tratar e queria me referir a um outro assunto também, que não faço para não misturar os dois assuntos devido ao exíguo tempo que temos na tribuna.

Encerro dizendo que, ouvindo o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin, Sr. Presidente, que apoiam a questão da Assembleia, voltarei a tratar sobre este assunto, porque isso tudo é motivado por uma campanha da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, que pergunta: “O Paraná que nós queremos.” Acho que queremos um Paraná passado a limpo. Medidas têm sido tomadas e têm que ser tomadas ainda. Mas seria importante que essas entidades que assinaram também procurassem fazer com que seus associados cumprissem com a obrigação de paranaenses e também ajudassem passar o Paraná a limpo, porque acho o seguinte: a sonegação de imposto é um recurso desviado também da Saúde, da Educação e muitas entidades que aqui assinam são entidades que representam empresas paranaenses dos mais variados setores e que também não são o maior símbolo de recolhimento e de ... (término do tempo)...

Voltaremos a tratar deste assunto, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna na Sessão de hoje é um pedido de informações que fizemos, ainda no ano passado à Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná no que diz respeito a uma rodovia que interliga Municípios de Nova Santa Rosa e Maripá.

Solicitamos naquela ocasião, em dezembro do ano passado, através do nosso requerimento, as seguintes perguntas ao Secretário:

“1) Há previsão orçamentária para as obras de recuperação do referido trecho da rodovia?

2) em caso positivo, já houve licitação para contratação das obras?

3) Há previsão para o início e conclusão das obras de recuperação?”

São estas perguntas que realizamos e foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado. O Secretário dos Transportes prontamente nos atendeu, enviou um ofício no dia 11 de janeiro, vou ler aquilo que interessa especificamente em relação ao pedido de informações, que diz o seguinte:

Em atenção ao assunto, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER/PR, informa que a referida rodovia está contemplada no Contrato nº 319/08 - DOP/DER do Programa de Conservação Total, em fase de implementação, tendo como objetivo principal garantir boas condições de trafegabilidade e segurança nas rodovias estaduais ressaltando que está providenciando um projeto de recuperação, visando a contratação de uma intervenção diferenciada no referido trecho, em data a ser definida em função da disponibilidade orçamentária.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fiz questão de vir a esta tribuna, que esse trecho rodoviário, o que interliga, e o Deputado Elton Welter conhece muito bem esse trecho que está em precárias condições, não em péssimas, em precárias condições de trafegabilidade e por essa rodovia, Srs. Deputados e caros paranaenses, passa a grande maioria dos produtos que são fabricados tanto em Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, esses Municípios dessa microrregião que tem o maior público consumidor no Estado de São Paulo, usam essa rodovia Marechal Cândido Rondon - Nova Santa Rosa; Nova Santa Rosa - Maripá; Maripá - Palotina, saem em Francisco Alves, vão para o Norte do Paraná para depois ir a São Paulo e outros Estados da nossa Federação. É um trecho de aproximadamente 14,15 quilômetros - não é muito - mas estive agora no final de semana em Nova Santa Rosa, e está aqui presente o nosso ex-Vereador que foi candidato a Prefeito de Santa Rosa, o Rodrigo Fernandes, que está aqui na tribuna, e conversamos sobre esta questão ainda na semana passada com as lideranças de Nova Santa Rosa e também no final do mês, quando ocorreu a festa de aniversário do Município de Nova Santa Rosa, quando as pessoas nos cobraram efetivamente para que lembrássemos aqui na Assembleia Legislativa que Nova Santa Rosa e Maripá se encontram com essa rodovia em difícil comunicação via rodoviária.

Espero que o Governo do Estado, ou seja, a Secretaria dos Transportes, faça o mais rápido possível a recuperação dessa rodovia, como está elencado no ofício assinado pelo Secretário dos Transportes do Governo do Estado do Paraná.

Poderia falar também da rodovia que liga Marechal Cândido Rondon, Iguaporã, Iboporã a Porto Mendes principalmente. O Governo do Estado tem anunciado que essa rodovia até o Município de São Clemente, Município de Santa Helena, estaria concluída até o final de março, não está totalmente concluída, mas o trecho ligando Iguaporã até Porto Mendes foi feita uma operação tapa-buracos.

Aliás, eu respeito a todos os políticos aqui do Paraná, há inclusive muitos políticos que usam e colocaram placas ao longo das rodovias agradecendo a determinado Parlamentar pela obra. Acho que isso é uma necessidade, uma obrigação do Governo fazer essas obras para que a comunidade possa ter uma rodovia em condições de trafegabilidade, o que não acontece nessas rodovias que acabei de citar.

Espero que o Secretário dos Transportes talvez esteja nos ouvindo, alguém dentro do próprio Governo que possa transmitir ao Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, que façam a recuperação dessas rodovias e não apenas com tapa-buracos, mas com uma rodovia restaurada, quando na verdade foi só feito um simples tapa-buracos em algumas rodovias no Estado do Paraná.

Mas o que conclamamos mesmo, neste momento, é a rodovia que liga Nova Santa Rosa a Maripá e também em Marechal Cândido Rondon, nos distritos de Iguaporã e Porto Mendes, que seja efetuado o mais rápido possível, para que as pessoas possam ter, como disse, condições de trafegabilidade.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, eu diria que não numa situação tão agradável quanto gostaria, apesar do meu Paraná ter ganho o jogo de ontem, do Deputado Luiz Carlos Martins também, mas venho para fazer algumas considerações e uma ponderação, Sr. Presidente.

Ouvi a sua entrevista na manhã de hoje, Sr. Presidente, e eu queria lembrar aqui uma situação vivida em 1792, durante a Revolução Francesa: quando a população pedia pão - porque a população não tinha pão - às portas do Palácio de Trião, conta a história que a rainha Maria Antonieta, mulher de Luiz XVI teria dito: "Se não têm pão que comam brioche, que comam bolo." Algumas semanas depois esta rainha foi detida e teve seu fim como todos conhecem, aqueles que conhecem um pouquinho da história, foi decapitada, guilhotinada. Por que digo isso? Estamos vivendo na Assembleia Legislativa uma situação bastante difícil e hoje de manhã quando ouvia o Presidente falar, mais de uma vez inclusive, V. Exa. afirmou e eu concordo que V. Exa. tem enfrentado esse processo sozinho, sozinho, não sempre, mas muitas vezes sozinho.

Vou lhe fazer um pedido: que o senhor radicalize algumas das medidas que temos que tomar aqui dentro. Por que digo isso? Me preocupa, Sr. Presidente, Srs. Deputados que tenhamos tido afirmações feitas pelo Presidente desta Casa que estamos muito próximos de chegarmos àquele que foi o objetivo primeiro, lá no passado, Projeto nº 720/09, depois foi a Lei nº 16390/10, que instituiu entre outras situações um reajuste nas comissões, um reajuste nas lideranças, um reajuste na própria estrutura de gabinete, que nós discutimos, inclusive aqui e está normatizado, está publicado e me parece contemplou a todos.

Ora! Tínhamos para contratar pessoal R\$ 40 mil, passamos para 60 é significativa, necessário. Tínhamos nas lideranças 19 mil e 500, podemos chegar a 51 mil, é significativo, contempla a maioria dos Deputados.

Conversei com outros Deputados agora e temos uma situação específica, que é o objetivo de modernizar essa Casa e fazer com que os próximos Deputados tenham nas comissões uma estrutura que possibilite e que trabalhe, mas trabalhe para atender a população e não atender os interesses pessoais. Ou seja, que cada comissão tenha profissionais dentro da comissão e não a D. Maria das Dores que é minha amiga e Presidente da Associação de Moradores e que foi nomeada para ser o meu cabo eleitoral.

O que me surpreende é que hoje ou ontem, escutamos pelos corredor se quero ser solidário com V. Exa. Já falei no primeiro dia não precisa solidariedade, até porque a tem nas atitudes que toma e muitas vezes tenho divergido, mas tenho também convergências em muitas ações. Essa é uma das que tenho convergência.

Não posso entender, como que mesmo sabendo de tudo o que está acontecendo, mesmo vendo os problemas que temos, ainda tem Deputado que quer nomear 13 pessoas na sua comissão, quando sabemos que essa nomeação tem que ser feita por concurso público, foi acordado entre nós. Mas a ganância parece que não tem fim. Se tivéssemos 2 mil cargos, talvez quisesse colocar 2 mil pessoas sem que tivesse passado por nenhum tipo de norma. Depois querem que ninguém reclame.

Nós que estamos em Curitiba e na Região Metropolitana, estamos sabendo o que estamos passando. Querem que batam palmas! Que bom vocês, têm mais 13! Veja Sr. Presidente, por isso que lhe peço, radicalize não assine nomeações nas comissões. Nós já temos um cargo de cada um dos Presidentes, é legítimo que tenha.

O Congresso Nacional que representa este País, tem nas comissões em cada comissão de livre movimento, com R\$ 11 mil cada um. Um deles pode ser desdobrado em até três cargos.

Cada uma das comissões do Congresso Nacional, chega a ter mais de 60 Deputados e Senadores, mais do que essa Casa. Todos os demais são cargos da própria Casa que não atende individualmente o Deputado ou o Senador, mas atende os anseios da Comissão.

Incomoda-me Sr. Presidente estar aqui, não gostaria de fazer. Conversei com diversos Deputados, que também estão incomodados. Sei do peso que tem esse pronunciamento que faço. Sei das consequências do que estou falando aqui. Mas, não posso em momento algum ser omissos, ser conivente e depois dizer, deixa que fica com o Presidente, deixa que fique com a Mesa, deixa que nomeiem. Afinal, já está numa ladeira mesmo, o que custa mais um empurrão.

Faço a seguinte pergunta, se nós tivéssemos 19 comissões ou um pouco menos. Procurei saber as Comissões Permanentes são menores, temos comissão da qual participo, Comissão de Assuntos Metropolitanos, comissões que não estão naquela relação. Dezenove comissões a R\$ 3 mil e 500, são R\$ 66 mil e 500 vezes 13, dá R\$ 864 mil e 500 por ano.

Dezenove comissões, de 51 mil, se for por nomeação, são 459 mil por mês! Por mês! Cinco milhões, 967 mil por ano! Cinco milhões 103 mil e 500 reais a mais para que nós nomeemos! Por favor! Eu não sei que mundo estamos vivendo!

Não sei onde vamos parar deste jeito, Deputado Valdir Rossoni. V. Exa. não é Presidente de nenhuma comissão e longe de mim fazer qualquer tipo de ilação a qualquer Presidente de Comissão, porque não tenho este direito. Não é minha pretensão e seria leviano fazer isso. Ms, é preciso que tomemos um mínimo de racionalidade. Isto aqui não é uma fábrica de cabides. Se alguém está com problemas porque não consegue colocar seus apaniguados, manda no SINE. O Lula falou que tem emprego sobrando! Manda no SINE. Manda na fila de empregos! Manda procurar alguém que empregue, mas não traga aqui para dentro. Não dá para pegar meu sitiante e dizer que ele pode estar na minha comissão, porque é a pessoa da minha confiança. A comissão não é minha. A comissão é dos Deputados da Assembleia Legislativa, é da população do Paraná.

Estou falando isso porque acho que temos que ter um cuidado - e um cuidado que não é de um ou uma Deputada - falei com diversos Deputados aqui e todos têm esta preocupação. Estamos propondo um projeto de lei que de longe não é o melhor e que pode ser retirado a qualquer momento, até para que possamos elaborar, em conjunto, um projeto melhor, mas um projeto que garanta que tenhamos um cargo de livre nomeação e tenhamos os demais cargos, que possamos ter quando houve concurso público, por concurso público.

Não é possível que achemos que ainda possamos nomear mais quatro cinco, seis, sete, oito, nove, 10, 11, 12 e que possa dividir entre nós. Vamos ficar em silêncio, cúmplices. Porque seremos cúmplices. Não entendo como alguém pensa que a

Polícia Federal, que veio aqui e fez uma série de considerações, que as redes de televisão, sejam quais forem, o Ministério Público, que não vão perceber que essas pessoas não têm nada a ver com a comissão a qual participam! Eu não entendo como posso pegar o Sr. Josezinho e botar na minha comissão, porque ele vai auxiliar a comissão. Ora esta!

O Deputado Luiz Claudio Romanelli um dia falou, aqui - e eu concordo com ele - que aqui ninguém toma banho de água benta. O senhor falou isso há dois anos atrás. E eu concordo com isso. Ninguém toma banho de água benta. Mas, ninguém é santo. Nós não estamos num convento. Mas, não precisamos exagerar também.

Me perdoem, Deputados, porque não tenho o direito e nem a intenção de ofender absolutamente ninguém. Me sinto ofendido. Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. também fez um esforço enorme, junto com outros Deputados, para fazer com que tivéssemos substitutivo. Quando vejo que parece que nós não estamos entendidos. Nós continuamos falando para as paredes.

Quero mais uma vez repetir: é preciso que tenhamos pelo menos um mínimo de desprendimento, para entender que se nós já termos uma nomeação, não precisamos de 200.

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

Gostaria de me manifestar também, Deputado, porque na verdade todos nós estamos fazendo um esforço muito grande para realmente deixar a Assembleia diferente e isso vai ocorrer. E a participação, tem que ser dito, não é de uma pessoa só, mas tem uma série enorme de Deputados que tem se esforçado e que tem dado contribuições.

O SR. TADEU VENERI (PT)

V. Exa. inclusive assinou ontem uma emenda justamente nesse sentido.

O Sr. Ademir Bier (PMDB)

Correto. Discutimos diversas ações e nunca fui aí na tribuna no espírito de preservar. Sou Presidente da Comissão de Segurança, fui Presidente da Comissão de Orçamento e da Comissão de Finanças e nunca tive uma pessoa nomeada. Então, o que ocorre nesse contexto é que da forma com que é colocado, dá a impressão de que isso foi conversado nos corredores, mas comigo ninguém falou sobre isso. Tenho o meu Secretário nomeado, que é da Casa, funcionário há bastante tempo. Então, acho que uma colocação dessas, a partir do momento em que não conversamos ou sentamos em uma reunião para ver se isso realmente é verdadeiro, porque não conheço, ninguém conversou comigo sobre isso e não sei. Mas, na linha do seu raciocínio, acho que temos que avançar bastante nesse sentido, saber do momento que estamos vivendo e o que queremos deste momento, mas também lá fora não se fala das ações que foram tomadas nesta Casa, ações importantes e discutidas aqui nos corredores e no Plenário e acho que a grande maioria dos Deputados quer realmente contribuir com a nossa instituição.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concedo um aparte ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Tadeu, ouço o pronunciamento de V. Exa. e fico ouvindo as pessoas que usam à tribuna desta Casa e ficamos sempre com o pé atrás se é para falar para esta Casa ou para falar para a imprensa que está ali divulgar o conteúdo do discurso. Isso porque tenho ouvido aqui discursos tão irrealistas, tão demagogos de políticos que fazem e que na tribuna cobram diferente daquilo que fazem, são os sepulcros caiados. De forma que, ora, temos aqui uma determinação que foi aprovada e que V. Exa. ajudou a aprovar de que nós iremos fazer um concurso público, mas o concurso público não pode ser feito no ano de eleição e sim após a eleição. Portanto, isso já está decidido pela Mesa Executiva e inclusive em entendimento com o próprio Ministério Público.

V. Exa. coloca com essa veemência que os cargos serão nomeados e dá a impressão de que a Assembleia está nomeando fantasmas nesta Casa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Se fizer assim, estará nomeando fantasmas.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Parece, Deputado, que V. Exa. está falando para a imprensa que está ali, querendo ter um espaço hoje à noite no jornal da segunda edição da RPC.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Isso o incomoda?

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. está fazendo um pré-julgamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Estou lhe concedendo um aparte e quero que o senhor fale se concorda que nomeemos ou não, então.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Os cargos existem e se forem preenchidos por pessoas qualificadas...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Com qual critério, Deputado?

(Discussão)

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Por que V. Exa. ajudou a aprovar os cargos? Por que V. Exa. não votou contra os cargos?

É fácil fazer demagogia na tribuna para aparecer na imprensa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sei o que estou votando. Se isso lhe incomoda, Deputado Nereu, fale.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

V. Exa. está fazendo pura demagogia...

(Corte no som)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados, por gentileza!

Estou dando mais tempo ao Deputado Tadeu por que é um tema muito importante e que vai...

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Não ouvi o Deputado Tadeu gritar com os cargos que o Lula criou lá, que foram milhares de cargos em comissão e nunca vi o Deputado Tadeu falar aqui da tribuna dos cargos que estão esparramados por este País de gente de confiança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem a palavra, Deputado Tadeu.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não vou responder ao Deputado Nereu, porque vamos ficar num bate-boca que não interessa nem ao Deputado Nereu e nem a mim. É o que eu falei desde o início, Deputado Rossoni, eu não tenho nenhuma intenção. O que estou falando é o que eu penso.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado, Deputado.

Deputado Tadeu e demais Deputados, penso que vivemos um período, nesta Casa, que temos que pelo menos ter entre nós aqui um relacionamento que possa minimamente ser de cordialidade, mas mais do que tudo, de respeito à opinião diversa. Acho que a urbanidade é absolutamente fundamental, o respeito a todos os Deputados é fundamental.

Presidente, quando trabalhamos na nova lei, esta atual que regula a lei anterior, sabíamos que havia um número de cargos que têm que ficar literalmente congelados, porque esses cargos deverão ser providos por concurso público. Então, 50% dos cargos das Comissões Permanentes não podem ser providos. Penso que é mais, inclusive, mas isso deve ser fruto de uma discussão com os Presidentes das comissões para que as comissões possam funcionar regularmente. Entendo que, no máximo, quatro cargos devam ser providos em cada comissão, mas isso é um tema que deve ser debatido pelo colégio de líderes e com os Presidentes das comissões, neste mês ainda, agora, Deputado Tadeu.

Temos que manter o mínimo. O que é o mínimo? O mínimo é só para a comissão poder continuar funcionando. Então, neste mês de maio, têm pessoas que estão trabalhando e, por óbvio, têm o direito de receber seus salários. Agora, indiscutivelmente, se trata de fazer o provimento dos cargos em comissão dos gabinetes parlamentares, das lideranças e dos cargos indispensáveis à administração, também com uma parte congelada. Nas comissões, Presidente, Deputado Tadeu, Deputado Nereu, aquilo que for absolutamente indispensável e, no mês subsequente obviamente que discutimos isso, porque entendo que estamos discutindo isso com a sociedade. Temos um debate entre as bancadas e agora é a hora, de fato, de termos o pé no chão e sabermos que é hora de reduzir despesas.

Além de termos a lei e as medidas moralizantes, temos que parecer, por conta das medidas que temos que tomar, do ponto de vista objetivo. Então, é por óbvio que esses cargos não podem ser providos na totalidade que está prevista na Lei nº 16390. Então, neste aspecto concordo com o Deputado Tadeu Veneri. Acho que ele está correto. Ele manifesta publicamente uma opinião e acho que é prover o absolutamente indispensável para o funcionamento

das comissões, em respeito naturalmente às três comissões que trabalham, permanente, que têm que ter o provimento obviamente dentro da necessidade, e as outras vamos discutindo. Agora, entendo que há que se ter um debate aqui que possa ser a favor do interesse público, e também, ao mesmo tempo, de reconhecer o momento que estamos vivendo e de mostrar que esta Casa aqui está sendo passada a limpo, que vamos ter transparência no que estamos fazendo para que todos saibam mesmo.

E quem for trabalhar em Comissão Permanente, aqui nesta Casa, tem que cumprir expediente. Vão ter que estar na Casa trabalhando, cumprindo as 40 horas semanais ou as 20 horas se não tiver a dedicação exclusiva, mas com clareza absoluta no contrato, ou seja, temos que ter clareza em relação a isso.

Desculpe, fiz um aparte excessivo aqui, mas estou me somando àquilo que entendo que é importante e, ao mesmo tempo, respeitando as opiniões diversas. Entendo que é uma hora de podermos, de fato, ter muita tranquilidade e fazer todas as coisas de forma muito correta, fazer as coisas certas para que não venhamos a nos arrepender depois do que fizemos hoje. Vamos trabalhar de prover os cargos que são absolutamente essenciais e ponto.

É isso. Obrigado.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Tadeu, acho que V. Exa. está sendo feliz no seu pronunciamento, mas está cometendo um equívoco quando não nomina quem é que está querendo nomear alguém em comissão. Então, quando V. Exa. critica os ousados que querem permanecer na ilegalidade, está coberto de razão. V. Exa. comente um equívoco quando lança a dúvida e não diz quem. Gostaria que V. Exa., inclusive com o meu apoio, fizesse a crítica e apontasse quem, porque senão eu me sinto atingido. É este o meu posicionamento, porque quando V. Exa. cita o Zezinho, não fala quem está indicando o Zezinho.

Quero dizer a V. Exa. que faço não faço parte de nenhuma comissão, não indiquei, não procurei alguém para indicar. Então, gostaria que V. Exa. persistisse nesse seu posicionamento, mas tivesse o cuidado de não colocar todos na vala comum, porque este é um erro grave, e talvez aí o Deputado Nereu tenha um pouco de razão quando ele diz que o seu discurso é muito enfático, mas não conclusivo. Porque para ser conclusivo o seu pronunciamento V. Exa. teria que apontar quem é o ousado que ainda acha que esta Casa aqui continua uma bodega.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tadeu Veneri, só gostaria, no meu pronunciamento, de concordar com V. Exa., mesmo porque eu também tenho uma grande preocupação com relação a esse assunto, mesmo porque sou Presidente da Comissão

de Obras, Transportes e Comunicação Social, também sou Vice-Presidente da Comissão de Saúde e participo também, como membro efetivo, da Comissão do MERCOSUL. Então, temos uma preocupação com relação a este assunto.

Acho que esse pronunciamento vem em boa hora. Vamos nos reunir no final desta Sessão, os seis Deputados. A Comissão de Obras tem um funcionário que inclusive já estava à disposição da Comissão de Obras há muitos anos aqui na Assembleia Legislativa. Então, acho que V. Exa. está repleto de razão, realmente esses cargos em comissão deveriam ser preenchidos por concursados. E agora? se não podemos preencher esses cargos com concursados neste momento, o que faz? Acho que tem que se levantar realmente essa discussão. E eu me somo também a esse pronunciamento.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Na verdade eu também fiz questão de fazer um aparte, porque também estou Presidente da Comissão de Defesa da Mulher, da Criança e do Adolescente, sou Vice-Presidente da Comissão de Ecologia e sou membro da Comissão de Saúde. Tinha um entendimento com os Deputados Romanelli, Alexandre Curi e Durval, que não seriam nomeados pessoas nas comissões neste momento. Foi essa a discussão que tínhamos. Tenho uma pessoa na Comissão da Mulher, que inclusive está nomeada no meu gabinete para não ocupar o cargo da comissão. Então, tínhamos esse entendimento.

Presidente Nelson Justus, me causou muita estranheza quando fui abordada com a possibilidade de ceder cargos na minha comissão para outros Parlamentares. Então, não era esse o acordo que tínhamos, tínhamos a situação de cadastramento e arrumamos os nossos gabinetes num processo de transparência, tão preconizada por V. Exa, e que as comissões nós discutiríamos *a posteriori*. Mas aqui, em alguns momentos pérolas são ouvidas, cada um tem a sua verdade. Temos que fazer a verdade que tenha que ser levada à sociedade.

Por isso eu me somo ao seu pronunciamento. Também acho muito complicado que o senhor generalize, porque daí eu também me sinto incluída, quando na verdade tento fazer o que acho o mais correto possível. Três comissões, nenhum cargo nomeado em nenhuma delas.

Muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concluo, apenas mais uma vez dizendo que no início deste pronunciamento eu falei que sabia que podíamos ter um nome. E peço aos Srs. Deputados que são Presidentes de comissão, a Presidente Deputada Rosane e a Deputada Luciana, que me procurou ontem e não pôde estar aqui, que se essa geração como o Deputado Bier falou, concordo que ela é absolutamente inoportuna. E não foi essa a intenção. Perdoe-me se em algum

momento ofendi o algum Deputado ou Deputada. Porque não estou dizendo que os Deputados, Presidente de comissões, estão nomeando ou nomearam, até porque eles têm um cargo. O que estou dizendo - a Deputada Rosane acabou de confirmar isso - é que há um movimento sim e por isso pedi que o Presidente radicalizasse.

Encerrar aqui com uma reflexão, que embora talvez incomode, mas tenho tentado fazê-la, que se trata da omissão. Deputado Rafael Greca, essa reflexão é feita pelo Padre Vieira, durante o período das invasões holandesas. À omissão, diz o Padre Vieira: “Pelo que fizerem alguns serão condenados. Pelo que deixarem de fazer, condenar-se-ão a todos. A todos. A omissão é o único pecado que se faz não fazendo”. Acho que podemos ter cometido muitos pecados, aqui, mas não vamos cometer o pecado da omissão.

Mais uma vez peço desculpas aos Deputados, que porventura generalizei e não deveria tê-lo feito. Mas não poderia deixar, Sr. Presidente, para na segunda-feira, depois de feito todo o cadastramento, talvez não tivesse ninguém ou tivesse alguém, vira a semana, porque, aí, sim, eu daria toda a razão ao Deputado Nereu, que seria oportunismo. Não faço isso. Se porventura isso passa, é problema de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero deixar bem claro, que fiz questão de que essa discussão de alongasse, ouvindo a opinião de vários Srs. Deputados. Porque ainda, ontem, quando chegava tarde, já aqui nesta Casa, pelas 8 ou 9h da noite, juntamente com outros Deputados, fui e tenho sido muito claro aqui. Não vou permitir jamais, que alguém suba à tribuna e peça que eu deixe o comando da Casa, para permitir que ela desande.

Temos uma oportunidade ímpar nas mãos. Falta muito pouco para construirmos a nova Assembleia. Não vamos permitir em hipótese alguma, Deputado Tadeu Veneri, pode V. Exa. ficar sossegado, que sejam cometidos desatinos nesses casos. Principalmente, porque além dos acordos, que têm que existir entre os Presidentes das comissões e os líderes partidários, é preciso a aquiescência da Casa. E o Presidente da Casa já disse há um tempo atrás, que teríamos congelado uma reserva para concurso público, que era um sonho antigo nosso. Realmente, Deputado Tadeu Veneri, sou obrigado a concordar com o Deputado Rossoni, a sua generalização, sem citar nomes, não é boa. Porque cria um mal estar entre nós, neste instante e isso não é bom. Pode ficar tranquilo, Deputado, até porque não pode ser diferente.

Nós, a partir de 31 de maio, estamos on-line, com nomes, sobrenomes, simbologias e tudo mais. Temos trabalhado com um grupo muito firme para isso. Chegamos, aqui ontem de uma reunião, quase às 9h da noite e ainda tinham Deputados trabalhando nessas comissões. Pode ficar descansado, que eu ainda hoje estou terminando de firmar todas as nomeações dos gabinetes e das lideranças, todas elas, tenho que concluir ainda no dia de hoje, para

que elas sejam publicadas, analisando processo por processo, para onde vai, qual o Deputado que indicou e assim por diante. A questão das comissões num primeiro momento claro que elas não podem ficar paralisadas, elas tem que continuar. Já tem os seus funcionários, estão trabalhando. A CCJ, a Comissão de Segurança tem o seu pessoal. Então, não há necessidade alguma de se querer avançar sinal algum porque o Presidente não vai deixar.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Em nível de esclarecimento, procurei V. Exa. com relação à preocupação da nomeação das comissões. E a orientação que V. Exa. tinha me dado, é a manutenção do funcionário já existente para dar continuidade ao trabalho. Como Presidente da Comissão de Fiscalização, está é a orientação que tenho seguido. Qualquer nomeação eventual que se possa comentar, não será aceita na Comissão de Fiscalização por orientação que obtive de V. Exa., em função de toda essa boataria que realmente surgiu, desde o dia de ontem. Então, no que diz respeito à Comissão de Fiscalização o que será feito neste momento é a continuidade do trabalho com a nomeação do funcionário já existente e na manutenção das atividades havidas até então. É isso Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, tendo em vista que o nobre Deputado Tadeu Veneri, lamentavelmente não declinou o nome dos Parlamentares em questão, apenas para elucidar que os membros da Mesa Executiva não podem regimentalmente presidir nenhuma comissão e nem fazer parte das mesmas. Portanto, nenhum de nós, componentes da Mesa, indicamos nenhuma pessoa sequer para nenhuma das comissões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni. V. Exa. usa o horário do PSDB.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Que bom seria que esta Casa estivesse discutindo questões relevantes, de interesse do Paraná, questões que é atribuição dos Srs. Parlamentares de fiscalizar o Governo.

Estamos aqui num emaranhado há 60 dias procurando a solução de um problema que é a nossa Casa. A nossa Casa é um problema.

Mas, subi a tribuna, não estava presente aqui, porque um ilustre Parlamentar pediu o meu afastamento da Mesa. E quero dizer o seguinte: primeira coisa para que um homem peça o afastamento de alguém ele tem que apontar o erro e ser idôneo e honrado. Citar o nome aqui, para que eu me afaste do cargo de 2º Secretário, sem apontar qual é o erro que cometi, qual é a acusação que recai sobre este Parlamentar é no mínimo leviano e falta de hombridade. Este é o meu pensamento. Por isso, não merece as minhas considerações.

Quero dizer a todos os Parlamentares, o 2º Secretário desta Casa não exerce função administrativa nenhuma até o presente momento. Não assinei um documento sequer autorizando qualquer despesa nesta Casa. Mas nem por isso, Deputado Nelson Justus, me sinto culpado ou inocente. Sinto-me responsável, porque seu membro desta Casa.

O que nós não podemos, e esta foi minha preocupação, Tadeu, entendi o seu pronunciamento completamente, estava gostando, depois que eu tive que fazer aquela ressalva, o que nós não podemos é deixar aqui oportunistas de ocasião, aproveitando o clamor público que tem razão, subirem a tribuna e tirar proveito desta situação calamitosa que se encontra nossa Casa.

Esta é a minha preocupação. Daqui a pouco vamos transformar vilões, pilantras em heróis. Esta é a minha preocupação, porque se hoje alguns que se levantam contra a saída da Mesa ou a renúncia da Mesa, é meramente oportunismo, porque poderia ter feito isto no primeiro dia, na segunda semana, na terceira semana, quando as acusações foram gravíssimas que recaíram sobre esta Casa.

Mas ainda tenho a certeza absoluta que nós não vamos deixar os vilões se transformarem em heróis. Eles vão permanecer na escuridão, porque eu não me sinto atingido quando uma pessoa faz e toma este tipo de atitude.

Presidente Nelson Justus, em nenhum momento este Parlamentar se levantou contra a sua pessoa; porque ainda acho que V. Exa. tem uma responsabilidade muito grande com esta Casa. V. Exa. tem uma responsabilidade e uma palavra dada - V. Exa. tem que entregar ao novo Presidente da Assembleia o ano que vem uma Assembleia nova, uma Assembleia diferente, uma Assembleia modernizada, uma Assembleia sem vícios e ou por acreditar que V. Exa. por tudo que está passando, eu sei que não está fácil, mas por tudo que está passando certamente está criando as condições para fazer as mudanças que esta Casa clamava há 40 anos. Vamos reconhecer isto.

Tudo isto que aconteceu, vamos dar a mão à palmatória, a Gazeta do Povo a RPC, mesmo nos seus exageros, vamos dar a mão à palmatória que se não fosse ela nós não iríamos avançar o quanto avançamos nos últimos 30 dias.

Esta Casa já é outra e eu não tenho dúvida que V. Exa. vai entregar ao novo Presidente da Casa uma Assembleia diferente mas há que se ter o cuidado, nós somos 54 Parlamentares, todos aqui sabem, conhecem esta Casa, muitas pessoas me procuram e dizem - por que o teu silêncio? Porque eu sempre fui aqui tipo um patinho feio da Casa, contestava Presidente, contestava o Governo do Estado, criticava, porque eu não encontrava uma solução para esta Casa a não ser esta que está sendo encontrada.

Sob pressão popular o Presidente desta Casa está tomando as medidas e eu não tenho dúvida que está no caminho certo, porque se eu tivesse dúvida que ele não estivesse no caminho certo eu certamente não iria apoiá-lo, porque os erros que foram cometidos aqui foram erros difíceis de você assimilar e, inclusive, assimilar calado, porque seria muito fácil.

Eu fui um dos homens aqui nesta Casa que disputou a Presidência da Assembleia com o Deputado Nelson Justus. Eu fui um dos homens desta Casa que fui derrotado pelo Deputado Nelson Justus. Eu poderia ser o primeiro oportunista a vir aqui dizer que fui vítima do sistema e não fui vítima do sistema, fui vítima da minha incompetência! Agora há de se prestar muita atenção no momento de crise e dificuldades que esta Casa está enfrentando, mas nós vamos passar por isso, nós vamos sair maiores do que éramos porque tenho certeza absoluta de que os bons Parlamentares vão às ruas agora em outubro, vão receber o apoio do povo e os maus irão para casa, não virão para cá, ficarão chorando porque certamente não tiveram comportamento digno de merecer o voto dos paranaenses!

Sr. Presidente, não quero mais subir a esta Tribuna para responder nem que venha alguém aqui e cite meu nome 500 vezes, mas gostaria de pedir cautela aos Srs. Parlamentares: no momento de dificuldade não queiram tirar proveito do erro que o mesmo cometeu. Quando digo do erro eu digo o seguinte: eu nunca nomeei criança aqui na Assembleia Legislativa, nunca nomeei ou mandei desnomear defunto aqui na Assembleia Legislativa, eu nunca na minha existência nessa Casa tive um ato que eu não pudesse subir a esta tribuna e dizer: "Não devo, estão aqui as provas!".

E olhem são poucos homens nesse Estado que enfrentaram o Governador Requião durante sete anos porque me ausentei da liderança por estar no exercício da Presidência da Casa, enfrentei o Governador Requião porque ele é um dos homens que liquida com seus adversários! Fui investigado, minha vida foi virada do avesso, agora não posso me calar para oportunistas de plantão que certamente estão à beira de ficar em casa a partir do ano que vem. Eu tenho uma vida honrada muitos Parlamentares aqui têm a vida honrada! Por isso fiz o pedido ao Deputado Tadeu Veneri: V. Exa foi muito bem no seu pronunciamento, mas não generalize porque nem todos cometeram irregularidades aqui nesta Casa. E os que cometeram, ora, por que temos que ser aqui os julgadores

daqueles que cometeram irregularidades se o Ministério Público e a Justiça estão cuidando disso? Vocês acham que tem alguém mais competente do que o Ministério Público para investigar esta Casa? Os senhores acham que tem alguém mais competente que a Polícia Federal, alguém melhor do que a própria Justiça do Paraná para julgar aqueles que estão aqui dentro? O maior julgamento que vamos receber será no dia 03 de outubro.

Por isso, Presidente Nelson Justus, vamos caminhar, vamos andar rápido, vamos mostrar que avançamos. Tardamente? Tardamente, poderia ter sido antes, poderíamos ter quebrado o sistema, mas infelizmente não o fizemos, erramos, mas vamos reconhecer o erro! Vamos, dentro de poucos dias temos obrigação de dar satisfação à população paranaense, ela merece satisfação das nossas atitudes! Me permita, Presidente, este avanço, preciso deste avanço nesta Casa, os Parlamentares precisam desse avanço, precisam da transparência e essa transparência depende da Comissão Executiva da Casa! É ela que executa, é ela que faz e pode fazer acontecer!

Solidariedade, neste momento, V. Exa. está recebendo de todos os Parlamentares, e eu não tenho dúvida que esta solidariedade, num momento extremamente difícil de conceder esta solidariedade, tenho certeza que V. Exa. vai dar a resposta que todos os Parlamentares e que todos os paranaenses desejam. Aí sim! Temos que começar a sair nas ruas, gente, dizer que somos Deputado, e fazer como eu já faço há muito tempo, colocar na internet a relação dos funcionários, colocar na internet a relação dos gastos mensais que são ressarcidos pela Assembleia. É dessa forma que vamos recuperar a credibilidade desta Casa, e tenho certeza que a grande maioria está imbuída desse propósito.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

V. Exa. fez menção de que não contratou nenhum defunto e certamente a notícia de quem contratou defunto teria sido eu.

No entanto, no processo da Casa, da parte financeira, funcional, não há nenhuma indicação deste Parlamentar em relação à admissão do referido defunto.

No que diz V. Exa, da demissão, este Parlamentar, preocupado com a sua história, foi buscar o parecer de uma perita, onde ela reconhece que a assinatura não é deste Parlamentar.

Se esta Casa, se alguém falsificou a assinatura para admitir funcionário que eu não contratei, V. Exa. tem a resposta aqui, ao vivo e em cores.

Veja como pode este Parlamentar sofrer tamanha injustiça. Está à sua disposição para conferir que a assinatura não confere com a deste Parlamentar.

Veja V. Exa. o que sofri por conta de tudo isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Primeiro, não disse que foi V. Exa., citei o fato.

Segundo que essa mesma injustiça, que V. Exa. está sentido-se injustiçado, não cometa com as outras pessoas,

que certamente não estaria acontecendo com V. Exa., se V. Exa. não tivesse cometido, há pouco, injustiça com alguns Parlamentares dessa Casa.

Subi a esta tribuna, porque há cinco mandatos estou aqui. Nunca alguém fez uma acusação que eu não pudesse subir aqui, me defender e mostrar que não devia nada. Não seria agora, por uma acusação de um oportunista, que não subiria.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedo a palavra à Liderança do PT, Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou me manifestar hoje na tribuna e falar sobre a crise da Assembleia, que são as comissões, e uma série de questões.

O PT se manifestou publicamente sobre a crise da Assembleia. Mais de uma vez essa crise foi objeto de discussão no seio do nosso partido, no Diretório Estadual do PT e na Executiva do PT.

A posição do PT foi de avançar na construção de uma transparência absoluta aos atos da Assembleia, tanto que a bancada está encaminhando uma série de projetos de lei para serem votados aqui. Um deles, eu não estava ontem, porque estava em Cascavel, impedindo a reeleição da Mesa e outros projetos.

O PT, em nenhum momento, o partido, não estou falando de bancada, estou falando de partido, que é muito superior à bancada. Em nenhum momento o partido se posicionou pela renúncia da Mesa. Não foi a posição do PT, bem pela renúncia da Casa, porque entendemos que isso não resolve essa crise. Não é tirando o Deputado Nelson Justus e colocando outro Deputado no seu lugar que vai resolver a crise da Assembleia. O que vai resolver a crise é a investigação profunda pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, seja Justiça do nosso Estado.

Esse é o teor claro da nota do PT, do partido como um todo, não só da bancada.

Com relação aos cargos. Cheguei ontem e sou Presidente da Comissão de Educação e os Presidentes da Comissão de Educação nomeiam um assessor.

Desde que fui Deputado de 1995 tenho um assessor, desde o começo que presido a Comissão de Educação, nomeado por mim, designado por mim.

Alguns Deputados designam um assessor da Casa, um funcionário da Casa, de carreira, que recebe um cargo gratificado. Eu nomeio um assessor de confiança, que não é da Casa, que trabalha na Comissão de Educação.

Foi aprovada uma lei, acho que o pior que pode acontecer é ficarem cargos disponíveis sem nenhum critério para preenchimento, de uma parcela dos cargos ou de nenhum cargo. A crise da Assembleia é a crise da falta de

critério. A crise da Assembleia é a crise da desigualdade entre os Parlamentares, que começa pelo gabinete! Existem Deputados que têm gabinete três vezes maior que outro Deputado. Nós do PT, por exemplo, desde que me conheço por gente, temos o menor dos gabinetes. Aí começa a falta de critério, a desigualdade entre os Deputados. E toda vez que não tem critério, as desigualdades se aprofundam. E esta crise, a outra crise, é a da má utilização dos cargos, dos recursos públicos, nomeação de fantasmas, desvio de recursos públicos e benefício pessoal. Esta é a profunda crise da Assembleia Legislativa do Paraná.

Ontem comecei a discutir com o Presidente da Comissão de Educação, talvez um critério, para que tivéssemos clareza na distribuição dos cargos. E pensamos da seguinte forma, para dar mais igualdade entre os Parlamentares: que definíssemos um percentual dos cargos criados em lei, que poderia ser 10, 20, 30% a serem preenchidos. Primeira coisa. E o restante, no futuro, preenchidos por concurso público.

Segundo critério: como é que seriam distribuídos esses cargos? Comecei a discutir, ontem, com o Deputado Nelson Justus e diversos Deputados, e pensamos numa alternativa: primeiro, o Presidente, que tem uma função, assim como o líder de uma bancada tem cargos seus, o Presidente das comissões teria um ou dois cargos seus, por exemplo. E aqueles Deputados que participam de comissão e que não são líderes de partido e nem Presidentes de comissão, nem membros da Mesa, para construir uma equitatividade maior entre os Deputados, teriam condições de nomear um ou dois cargos - isto seria definido pela Mesa - para acompanhar seu trabalho em todas as comissões das quais participasse. Se o Deputado participa de cinco comissões, ele teria somente um cargo ou dois para participar e auxiliá-lo em todas as comissões da Casa.

Isto traria um critério transparente e claro da forma de preencher os cargos, inclusive com o valor dos cargos, especificado nestes critérios, pela Mesa, e a forma de preenchê-lo. É isto o que eu penso da comissão. Acho que nenhum de nós em sua consciência vai entender que uma comissão, no Paraná, precise de 12 cargos em comissão. Ninguém! Não ouvi nenhum Parlamentar se posicionar sobre este aspecto. E nós, somos radicalmente contra que se ocupe uma quantidade enorme de cargos.

No Congresso Nacional, conversei com o Deputado Ângelo Vanhoni ontem, o Presidente de cada comissão designa cinco cargos. Me deu até os valores: parece que dois cargos de R\$ 8 mil, um cargo de R\$ 5 mil líquido e dois cargos de R\$ 3 mil e 200 líquido. O Congresso Nacional tem muito mais Deputados, tem mais de 500 Deputados. Mas, as comissões trabalham como trabalham as comissões temáticas aqui da Casa.

O que eu acho, e isto a comissão vai definir, no final da conversa ficou mais ou menos estabelecido que a proposta seria que, neste mês só o Presidente nomeasse um cargo, como já acontece. E o mês que vem os Presidentes

de comissão e a Mesa discutissem critérios claros, transparentes, se é que nós achamos que devemos nomear alguns destes cargos. Agora, se acharmos que todos os cargos devem ser objeto público, que seja.

Queria deixar clara a posição do partido e a minha posição, com relação aos cargos, a do partido com relação à crise da Assembleia, de forma genérica, que é esta. Porque é muito interessante a política. Acho que enquanto a política estiver submetida ao poder econômico, os problemas vão continuar acontecendo. E a política no Brasil é cruel! Qualquer um de nós que tem a mínima experiência, sabe qual o valor do dinheiro num processo eleitoral. A desigualdade que tem, dos candidatos, a partir de sua origem de classe e a partir de seus vínculos com o capital ou não, este é o problema essencial da política num País capitalista como o Brasil, desigual.

Tanto que o nosso partido propõe o financiamento público das eleições, das campanhas, porque é uma forma de o Estado ser o agente mediador entre as desigualdades. Esse é o papel da política: diminuir as desigualdades. Então, não medida em que há um financiamento público da campanha, os candidatos passam a ser teoricamente iguais ou mais iguais entre si, porque pelos menos o que a lei estabelece é que todos são iguais, sendo que o candidato só será desigual se descumprir a lei usando o seu dinheiro próprio ou usando subterfúgios para ganhar as eleições, comprar lideranças e conseguir capitanear votos dos eleitores.

O financiamento público estabelece a mediação do Estado, então por isso é normal também que quando os Parlamentares são eleitos individualmente, eles busquem ter um número de assessores a mais. Em uma sociedade em que houvesse o financiamento público e que o voto fosse em lista partidária, provavelmente os Deputados teriam muito menos assessores porque o universo da disputa política seria *interna corporis* ao partido, que se apresentaria de forma coletiva para o universo dos eleitores, propondo uma proposta ideológica, uma proposta que unifica o partido e o eleitor teria muito mais liberdade para votar e haveria mais igualdade, por exemplo, dos radialistas. Não estou questionando nenhum radialista, mas questiono a lei.

Sou professor universitário e quando me elegi Deputado, fui obrigado a tirar licença da escola, sendo não posso ser professor de uma escola pública e Deputado. Agora, o radialista que tem um programa por 3 ou 4 horas por dia, ele pode ser radialista e Deputado ao mesmo tempo. É uma coisa desigual! O radialista fala do seu mandato o dia inteiro na rádio, para milhões de pessoas, e o Deputado que não tem uma rádio não consegue falar. Então, essa é uma desigualdade brutal que existe em um sistema como o nosso.

Por isso que acho que temos que aproveitar esta crise dura que está abalando toda a Casa, aos olhos do povo do Paraná, para que possamos avançar para que os

Deputados passem a ser doravante todos iguais entre si, de acordo com as suas funções ou seu trabalho aqui na Casa, e que haja critério para todos os cargos porque o pior que pode acontecer é a falta de critério com cargos criados, porque se não tem critério, aqueles que têm mais poder acabam tendo mais poder para nomear também.

Então, por isso acho que temos que, passado este primeiro mês, sentar e deixar claro que se existe cargos em comissão e vamos nomear 10%, então tem que ter um critério claro: vai se usar só 10% dos cargos em comissão. Se não é para usar nenhum, coloquemos um critério claro: não se usa também. Se é para só o Presidente da comissão nomear, temos o critério: só o Presidente nomeia. O final da conversa com o Deputado Romanelli e com o Deputado Durval, é que falaríamos com o Presidente da Casa para que neste momento apenas os Presidentes nomeassem um cargo, com exceção de três comissões que têm um trabalho muito amplo, que é a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Orçamento e a Comissão de Tomada de Contas. Esse foi o consenso que se estabeleceu entre as pessoas que estavam conversando sobre a questão das comissões.

Obrigado, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sra. Presidente.

(Assentimento)

Sra. Presidente, só quero concordar com o pronunciamento do Deputado Péricles. Ele foi muito feliz quando falou dos gabinetes, porque realmente aqui tem alguns latifundiários dentro da Assembleia, porque tem gabinetes que têm cinco portas e nós só temos uma porta. É verdade que há os latifundiários de gabinete. É verdade. Isso lá em Brasília não tem.

Agora, quero discordar de V. Exa. quando fala a respeito...

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Jocelito, gostaria de informar que não cabe questão de ordem com relação ao assunto referido.

O senhor pode se inscrever.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, estou inscrito aí.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

O senhor está inscrito.

Na Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, Sra. Deputada Rosane Ferreira e Srs. Deputados.

Penso que esta Casa de Leis vive o momento de crise. E é sempre bom lembrar que o ideograma chinês, o vernáculo crise, a palavra crise se escreve igual a perido e oportunidade. Mas, indiscutivelmente estamos vivendo uma oportunidade ímpar, e aí sim soma bem também o perigo, por conta que todas as medidas moralizadoras que essa Casa adotou para passar a limpo aquilo que cobra a consciência de cada um dos Parlamentares que estão aqui, e que também é a cobrança que nós temos no seio da sociedade civil desse Estado, daquilo que tem sido objeto das recomendações administrativas que foram enviadas a esta Casa pelo Ministério Público Estadual, é necessário que não nos percamos no caminho das medidas moralizadoras que nós iniciamos, que não são de hoje essas medidas. E aí, sempre tenho dito aqui que esta Mesa tomou decisões importantes, primeiro quando trouxemos para cá a transmissão ao vivo do que acontece na Assembleia, do painel eletrônico, do fim do voto secreto, da criação de forma muito objetiva das condições que o processo legislativo pudesse ser absolutamente transparente.

Resolvemos uma das pendências graves que esta Casa tinha, que era o famoso ressarcimento das despesas dos gabinetes parlamentares. Hoje, tudo é dentro de um plano de contas muito bem detalhado, publicado na internet, no Portal da Transparência, sujeito a fiscalização do conjunto da sociedade, das organizações não governamentais, da imprensa como um todo, que cobra, registra e efetivamente faz o acompanhamento. E quando nós, em dezembro, apresentamos uma nova proposta dos cargos comissionados na Assembleia, e quando digo nós, quem foi que fez isso? Foi a Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que tem competência legislativa para tal, criamos uma nova estrutura para passar a limpo aquilo que sabíamos que tinha que ser corrigido.

No meio disso vieram as denúncias, denúncias graves, nascidas por conta é claro da investigação feita por jovens repórteres do jornal Gazeta do Povo, a Kátia Brembatti e Carlos Kobak. E claro, no famoso jogo de esconde-esconde dos chamados Diários secretos, ou Diário oficiais, que foi promovido pelo ex-Diretor desta Casa Abib Miguel. Qual foi o resultado disso tudo? Temos três ex-Diretores desta Casa que estão na prisão por decisão judicial. Existem as investigações que estão sendo promovidas pelo Ministério Público, tanto na esfera do patrimônio público quanto na esfera criminal, e claro, todos aqueles que infelizmente desonraram esta Casa vão ser punidos pela mão longa da Justiça. Agora minha gente, não é a hora de nós aqui, que tanto estamos fazendo do ponto de vista de dar uma resposta, e há uma grande dúvida sobre o que a Assembleia Legislativa está fazendo, não é hora agora de nos perdermos nesse caminho que nós estamos trilhando. Quando nós resolvemos, e até isso constava da recomendação administrativa o Ministério Público, fazer o cadastramento, e fizemos o cadastramento. E dissemos mais: quem não for cadastrado não receberá o salário no mês de abril. E foi exatamente isso que aconteceu. Só recebeu salário quem foi cadastrado.

Ao mesmo tempo, esta Casa, por decisão soberana do Plenário, votou uma resolução exonerando 100% dos servidores comissionados, no dia 30 de abril. Agora, no mês de maio, com regras muito claras, com base na Lei nº 16390. Para quem estiver nos ouvindo e quiser acessar essa lei, está na internet. É só acessar o www.pr.gov.br, vai na legislação e acha lá a Lei nº 16390, que define claramente quais os cargos que têm um gabinete parlamentar, no máximo até 23 funcionários por gabinete e, depois, as lideranças que terão no máximo 12. Mesmo um partido como o PMDB, que tem 17 Deputados, a liderança só pode ter 12 cargos. Têm outras bancadas aqui que têm quatro, três Deputados, e também terão 12 cargos essas lideranças.

O que estou dizendo é que as comissões permanentes são fundamentais nesta Casa e quem tem que ser nomeado nas comissões permanentes são as pessoas que estão trabalhando durante este mês de maio. Esses têm que receber seus salários. Os novos assessores, Deputado Cheida, de cada uma das comissões, terão que ser discutidos entre seus membros e os Presidentes, mas reconhecendo que não é possível nomear 12 pessoas de cargo em comissão nas comissões permanentes, ou seja, teremos que reduzir esse número a dois, três, no limite quatro pessoas, e as comissões vão funcionar muito bem, até que possamos fazer o concurso público, que vai renovar, vai arejar, vai trazer para esta Casa profissionais, pessoas que se qualificaram, que se prepararam, que estudaram.

Estou vendo aqui a Dra. Lídia, ela é funcionária de carreira, concursada do Estado, já se aposentou, é verdade, mas é uma técnica altamente qualificada, mas foi selecionada como? Pelo mérito, pela qualidade do ponto de vista daquilo que ela, de fato, participou do processo de conhecimento.

Esta Casa tem que ser renovada justamente para ter gente qualificada nas comissões permanentes, na administração, que tem que ser completamente reformulada. Não é possível mais que não se reconheça. Temos uma massa falida. O que é essa massa falida? É aquele antigo departamento de recursos humanos aqui, o departamento de pessoal. Temos que ter um novo modelo de gestão na Assembleia Legislativa e, neste ponto, tenho que reconhecer, a Mesa Diretora foi feliz quando escolheu o novo Diretor Geral da Casa, o advogado Eron Abboud, bom, boa pessoa, íntegro, e que não tenho dúvida, está fazendo um ótimo trabalho. Ontem falamos aqui da visão bíblica de separar o joio do trigo. O joio é passado, o trigo é o futuro, é a lei que votamos aqui, Deputado Tadeu Veneri, que regula de forma transparente. Nenhum Poder Legislativo deste País terá tanta transparência na nomeação dos cargos comissionados quanto esta Assembleia Legislativa do Paraná. E isto é fruto de quê? Do grande movimento, do movimento da sociedade civil, seja do grupo RPC/Gazeta, atribua se a quem quiser, a vontade de Deputados aqui nesta Casa.

Entendo o Deputado Tadeu Veneri. Ele veio a esta Casa e verbalizou o sentimento seguinte: “Não é possível que tenhamos que defender publicamente. E eu, que tenho trabalhado nessas medidas moralizadoras junto com o Deputado Durval Amaral, junto com o Deputado Tadeu Veneri...”

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Mas olha, o esforço que aqui Deputados têm feito, cada um contribuindo da sua forma para poder avançar, quando o Deputado Elton Welter insistiu para fazermos o concurso público, bateu duro nessa questão, para se colocar na lei. Lembro-me que ele me procurou e disse-me que tínhamos que estabelecer o prazo máximo de concurso público. Colocamos lá daqui a um ano, no máximo. Só não faz concurso público, embora dê para prepará-lo, meu Deus do Céu, com o convênio que tem que ser feito com a SEAP. E talvez até discutir com alguma outra instituição, que possa, de fato, colaborar e contribuir do ponto de vista de desenhar aquilo que é essencial para a Assembleia Legislativa.

Não tenho dúvida de que não podemos nos perder do caminho virtuoso, de poder cumprir a lei, de fazer dentro do estrito cumprimento daquilo que é fundamental. Eu, que vim da Administração Pública Estadual, vim do Governo do Estado, quando cheguei aqui na Assembleia eu tinha uma impressão, e estava correto na minha impressão, quando aqui não estava em vigência a Constituição de 1988. Não tínhamos o estado democrático de direito plenamente aplicado. O artigo 37 da Constituição, que trata do princípio da legalidade, da moralidade, da razoabilidade e da eficiência, não estavam e não estão ainda completamente aplicados na Assembleia Legislativa. Nessa hora é necessário que não percamos nesse caminho virtuoso, de passar a limpo a Assembleia e resolver essas pendências. Criar, de fato, a partir de agora, um modelo de gestão que não tenhamos o direito de cometer erros. Porque tudo o que vamos fazer tem que estar estabelecido na lei, de forma clara e inequívoca.

Em relação à questão das Comissões Permanentes, volto a insistir, temos que congelar os cargos. Neste mês só poderão ser nomeadas as pessoas que trabalharam durante o mês de maio. Sabemos quem trabalhou, porque a Diretoria Legislativa tem um controle de quem trabalhou e esse serão nomeados. Temos que ter clareza absoluta, que a partir do final deste mês ou do começo do mês, outras pessoas poderão trabalhar, mas com uma discussão muito clara e objetiva. Porque essas pessoas terão que cumprir uma carga semanal de 40 h e de 20h, dependendo do regime de dedicação, mas terão que cumprir aqui no Parlamento Estadual. Quem é membro de comissão não pode trabalhar externamente, tem que trabalhar dentro da Assembleia.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite-me um aparte?
(Assentimento)

Esse raciocínio que V. Exa. desenvolve, acredito que a melhor forma de ajustarmos as Comissões Permanentes, é definindo no colégio de líderes, com as lideranças das bancadas, a melhor forma do preenchimento desses cargos de comissão. Em um projeto de resolução, que agora foi contemplado no projeto de lei o concurso, nós lá tratávamos já em um determinado artigo, que se precisássemos teríamos que rever a lei que votamos no ano passado, que regulou os cargos para os gabinetes, para as lideranças e para as Comissões Permanentes. Entendo que lá criamos os cargos em comissão, nas Comissões Permanentes. Acho que têm alguns, mas não tantos. Temos que ter técnicos especializados nessas comissões, para dar condições melhores de assessoramento nas comissões temáticas. Esse é o desafio.

Por isso, nesse período de transição, o seu raciocínio está correto. Temos que definir no colégio de líderes, como as comissões têm que funcionar minimamente, para depois preencher os cargos necessários e dar condições técnicas, para assessorar de fato esta Casa. Acredito um modelo bom, o Congresso Nacional já adota. Se seguirmos esse modelo, certamente, teremos cada vez mais quadros eficientes aqui na Casa e muitos deles por concurso público.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Welter.

Concluir dizendo que esta Casa tem que ter similaridade no funcionamento com o Congresso Nacional. Não precisamos reinventar a roda. Poderemos, Deputado Pugliesi, que foi constituinte, que conhece bem o funcionamento da Câmara Federal, reproduzir muitos dispositivos. Temos que discutir uma PEC, sobre essa questão da reeleição. Ela tem que reproduzir o dispositivo que diz a Legislação Federal. Isso é absolutamente tranquilo. Temos que nos adequar a um modelo do estado democrático de direito, com o princípio da legalidade, da moralidade e aplicar aqui o artigo 37 da Constituição Federal. Feito isso, os nossos problemas estarão completamente resolvidos. Essa Assembleia nunca mais será manchete de jornal ou vai frequentar as páginas policiais dos jornais. Vamos voltar para a página da política, que é para isso que o povo nos elegeu e é isso que nós aqui sabemos fazer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sra. Presidente Cida Borghetti, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, senhores que nos acompanham através da TV SINAL.

Subo à tribuna, antes de fazer o meu pronunciamento, para dizer que estamos passando por um dos momentos mais difíceis na história da Assembleia, talvez o momento mais difícil de toda sua história. Mas, acredito que teremos dias melhores. Teremos sim uma grande depuração e isso será muito importante para a Casa dos paranaenses. Quando se descobre o que está errado, onde estão os problemas, quando se pune com firmeza, quando vêm as respostas claras e imediatas para a nossa população, para todos os cidadãos, quando se alcança a justiça acima de tudo, lava-se a alma e começa-se uma nova vida. Já emiti a minha opinião aqui nesta tribuna, assim como o meu partido. Respeito a opinião dos demais Parlamentares. Esta é a Casa das opiniões. Mas, aprendi que além da justiça precisamos continuar o trabalho. E aqui na Assembleia Legislativa temo muito trabalho a fazer. E é por isso que hoje gostaria de fazer um breve pronunciamento, mas pedir a atenção de dois Parlamentares em especial: Deputados Cheida e Belinati, representantes da Cidade de Londrina.

Estou muito preocupado, extremamente preocupado com o que está acontecendo no Estado do Paraná com relação às drogas. Principalmente com a proliferação do crack. É realmente uma epidemia, se fala muito nessa palavra, mas é justamente o que eu sinto também. Não somente nas grandes Cidades como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Curitiba, mas também nas Cidades do interior. Estou percorrendo os Municípios pequenos do interior do Estado e o crack já chegou na sociedade desses Municípios do interior, entre as pessoas mais abastadas, mas também entre as pessoas mais humildes. O crack realmente precisa ser tratado aqui na Assembleia Legislativa, por todas as autoridades, com muita responsabilidade, com muita seriedade.

Deputado Belinati, na semana passada encaminei um projeto de indicação que sugere a criação de clínicas de reabilitação públicas no Estado do Paraná. O que acontece é que infelizmente, jovens, adolescentes, que entram no mundo das drogas, estão substituindo os traficantes que são presos pela Polícia. Então, não é só uma questão mais de Segurança, é uma questão social gravíssima.

E no Rio de Janeiro já existem clínicas públicas de reabilitação. Hoje mesmo, cedo, as emissoras de rádio de Ponta Grossa noticiaram três ocorrências envolvendo crianças de 13, 14, 15 anos, que já estava, traficando crack, inclusive cometendo crimes graves. Houve até mesmo esfaqueamento, uma criança esfaqueou seu próprio pai e avançou contra sua própria família, justamente por causa do vício.

E precisamos nos preocupar com relação a essas clínicas de reabilitação, porque existem poucas no nosso Estado, são clínicas particulares de alto custo e os nossos jovens infelizmente estão perdidos, envolvidos com essa droga terrível.

E quero neste momento fazer um pronunciamento agradecendo o Governador Orlando Pessuti, que sancionou um projeto de minha autoria que prevê a Semana de Conscientização Antidrogas nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná, com seminários, palestras, com médicos, com pessoas especialistas que vão dar todas as explicações necessárias para as crianças, para os jovens, para os adolescentes nas escolas, para que não experimentem nunca o crack.

Deputada Cida, a senhora que é mãe, o jovem que experimenta uma vez não consegue mais se livrar e será o traficante do futuro, e isso contamina a todos.

Por isso também acho importante pensarmos numa Frente Parlamentar, Deputado Belinati, uma Frente Parlamentar de Combate às Drogas. É um assunto difícil, como o Senador Osmar Dias abordou no jantar na segunda-feira, é um assunto chato, é complicado se falar sobre isso, mas precisa se ter responsabilidade e tem que ter coragem para abordar o assunto, assim como o ex-Prefeito Beto Richa também abordou o assunto na sua Secretaria Antidrogas, e teríamos que ter também uma Secretaria de Estado, acho que seria realmente importante e tem até um projeto aqui na Assembleia Legislativa a respeito deste assunto.

Então, uma Frente seria importante. Esta semana de conscientização, esta lei agora no Estado, sancionada pelo Governador Orlando Pessuti, é de grande alcance social, e esse projeto de indicação, mais uma vez para levar àquelas pessoas mais humildes, às pessoas simples, a oportunidade de poderem se tratar em clínicas públicas do nosso Estado.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Marcelo Rangel, respeito a inteligência de V. Exa., grande chefe de família, no calor de sua juventude, começando uma carreira brilhante, desempenhando pela primeira vez um mandato parlamentar, e com galhardia, com sucesso, pelos assuntos que V. Exa. tem tido a felicidade de abordar aqui.

O assunto crack, drogas, tem até uma piada que o Deputado Cheida estava me contando aqui: “Faça como o Dunga, evite o craque.” Naturalmente faça como o Dunga, evite o craque, provavelmente uma alusão de que o Dunga não convocou o Neymar e nem o Ganso.

Mas tirando a brincadeira de lado, o assunto que V. Exa. traz é muito sério. Temos que ter pena, compaixão de dependente químico, do viciado em crack e outras drogas. Essa pessoa não é feliz. Confesso que nunca vi de perto uma cocaína. Vemos pela televisão o negócio de crack, dizem os especialistas que basta dar duas pitadas no cachimbo de crack que a pessoa já está dependente, já está viciada, e é uma droga que mata e que leva o viciado a matar também em busca do recurso para poder ter acesso não só ao crack, mas a outras drogas de grande porte.

Então, V. Exa. de maneira cristã, responsável, aborda este assunto aqui, e tenho a impressão que muita mãe, assistindo um pronunciamento como este, deve estar derramando lágrimas. Qual é a mãe que não sofre sabendo que o filho é dependente do crack ou tem uma dependência química? A felicidade desaba, acaba no momento em que a família percebe que um dos seus membros tem dependência!

Então, presto solidariedade a V. Exa., parabenizando pelo seu pronunciamento. Já que o combate ao tráfico de drogas é ineficaz, fracassou, vamos ter que partir para a solução de V. Exa., que é socorrer, tentar tirar da porta do abismo, da porta do inferno esses viciados em drogas.

Parabéns, em nome dessas famílias que sofrem tanto com esse problema da droga.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado, Deputado.

Para concluir, quero dizer que esses CPAs, essas clínicas de reabilitação pública no Estado do Paraná, o projeto é de indicação, claro que é de competência do Poder Executivo, mas como o Governador Pessuti sancionou a lei de nossa autoria, criando essa semana de conscientização, e já em conversa ele também já manifestou interesse e também preocupação pelo assunto, pelo que está se passando no Estado do Paraná. Acho que é uma grande ideia para o nosso Estado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sra. Presidente, subi à tribuna, embora hoje estejamos tendo uma Sessão tão difícil, mas tão necessária, estamos realmente passando a limpo! Subi à tribuna para contribuir com isso, por quê? Se pegarmos a Ordem do Dia hoje nós teremos, como tem acontecido nas últimas Sessões, um grande número de projetos de lei de utilidade pública. Também ontem ainda protocolei nesta Casa um pedido de utilidade pública para uma ONG que trabalha com futebol de rua e faz uma excelente trabalho. Mas recebemos muitos e-mails, o Deputado Belinati volta e meia traz à tribuna e dá voz às pessoas que encaminham mensagens para ele. Nós recebemos e vários Deputados receberam, eu vi na caixa, uma crítica esta semana com relação ao número absurdo de utilidade pública e a falta de uma pauta para discutir.

Eu estava vendo algumas situações lá do meu gabinete, estou desde 03 de agosto de 2009 com um processo tramitando nesta Casa e desde 5 de maio ele se

encontra na Diretoria de Assistência ao Plenário, que veda o ressarcimento ou sua revalidação para comercialização de medicamentos manipulados por farmácias e herbanários sem as respectivas bulas nos termos que especifica. Meu projeto vai fazer um ano que está tramitando e há algum tempo tenho solicitado à Mesa que traga meu projeto para votação. Estou fazendo uso da tribuna para que isto conste nos Anais desta Casa.

Também vi lá o projeto do Deputado Caíto Quintana, também do meu interesse e que está nesta Casa desde o dia 19 de março de 2007. O projeto de lei do Deputado Caíto, que eu tinha uma colaboração e o Deputado Stephanes também tinha, versa sobre o uso das sacolas plásticas ou sua substituição pelas sacolas oxibiodegradáveis. Essa matéria foi amplamente debatida nesta Casa, fizemos Audiência Pública, discutimos na indústria e comércio, e hoje o projeto adormece. Estou ousando falar em nome do Deputado Stephanes, em nome do Deputado Caíto, porque essa matéria é de muito interesse das pessoas que represento nesta Casa. Então, estamos pedindo que haja agilidade.

Também está na Casa, desde o dia 18 de outubro de 2007, e na DAP - Diretoria de Assistência ao Plenário - o Sr. Mário não está ali mas deve estar me ouvindo, está na Diretoria de Assistência ao Plenário desde o dia 23 de junho de 2009, um projeto do Deputado Luiz Nishimori que versa sobre a proibição, manutenção e utilização de animais selváticos ou domésticos em espetáculos circenses. Esse projeto fiz questão de relatar, de limpar, de fazer com que ele só se aplicasse a animais de circo. Até porque havia uma discussão aqui que o projeto não tramitava porque, de repente, ele poderia proibir rodeios, poderia proibir a utilização de animais em laboratórios. Então, fiz questão de trazê-lo pra mim e fiz um emenda substitutiva para que ele fosse aplicado só na questão de animais de circo. Várias Cidades do Paraná, Estados inteiros já proibiram, Curitiba já proibiu! E os circos vão e ficam na Região Metropolitana com os animais sofrendo todo tipo de agressão, porque não é só a questão da manutenção dos animais de circo propriamente dito, mas todo o processo de adestramento é absolutamente cruel! Para aquele elefantinho erguer a pata vocês não têm noção do que sofre aquele bicho, ele não foi feito para isso! Está aí esse projeto deste 2007, nem conversei com o Deputado Nishimori, porque esse projeto também é de interesse das pessoas que represento nesta Casa.

Poderia citar muitos outros projetos que estão lá, e não podemos ter uma pauta de utilidade pública. É importante, mas não podemos ter só pauta de utilidade pública. Aquela moça que me mandou e-mail estava correta de fazer essa crítica à Casa. Então, temos muita coisa tramitando que melhora a vida em sociedade e que temos que fazer ser viabilizada. Porque é isso que vai fazer com que sejamos mais respeitados, como Parlamentares que somos.

Faço o uso da palavra, neste momento, para que realmente fique registrado esse meu desejo de que seja revista a pauta, seja olhado tudo que está dentro da data e que possamos debater. Eu não quero, eu, Rosane, proibir animais de circo, mas quero debater isso com os que têm posição semelhante à minha e contrário para que possamos dar visibilidade para esta matéria.

A questão dos medicamentos manipulados sem bula é o fim que não tenhamos discutido isso até agora. Temos muitos, muitos problemas com medicamentos manipulados e fazemos de conta que isso não existe. E para finalizar, com relação a esta questão, também protocolei um requerimento no dia 2 de março, um pedido de informações naquele momento ao Secretário do Meio Ambiente Lindsley Rasca Rodrigues, que no momento era nosso Secretário do Meio Ambiente, pedindo informações sobre uma empresa, a Essencis Soluções Ambientais, que se instalou na Cidade Industrial de Curitiba, ao lado, literalmente ao lado da SANEPAR e da Represa Passaúna, que abastece com água mais de 600 mil pessoas. Uma empresa que hoje recebe lixo e que, a princípio, era para receber apenas lixo industrial e hoje está recebendo toda a sorte de resíduos. Hoje temos mais urubus sobrevoando a Essencis do que tínhamos lá no caximba, do lado da nossa caixa d'água.

Pois bem: no dia 2 de março protocolei e a resposta deveria chegar no dia 02 de abril, estamos no dia 02 de maio. Tive a informação que esse documento já veio para esta Casa algum tempo atrás, então estou requerendo à Mesa a resposta a esse requerimento. A comunidade do Tatuquara, de Curitiba, da CIC, do Barigui, de Araucária, todos pedem uma solução urgente com relação ao mau cheiro e a presença de toda sorte de roedores nas imediações da empresa há algum tempo.

São essas as questões que coloco neste momento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. poderá requisitar à Mesa Executiva a referida resposta.

Horário da Liderança da Oposição.

(**Declina**)

Horário da Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Começa a eleição, Sr. Presidente, e aparecem os sonhadores. Na eleição passada vi alguns políticos, aqueles “limpinhos” que pedem até a cabeça do Presidente da Casa e como disse o Deputado Rossoni, são pilantras, o Rossoni que falou. O Deputado Rossoni hoje chamou os que pediram a cabeça da

Mesa, Deputado Elton, de oportunistas, de malandros. Foi o que disse o Deputado Rossoni, hoje, aqueles que se dizem “limpinhos” mas que nomeiam em cargos motoristas do seu partido na Casa. Isso pode, não faz mal, não pode outras coisas. Acho importante passar a limpo esse Parlamento. Tem muita gente fazendo discurso por aí e são discursos brilhantes para quem não convive com o dia-a-dia aqui, Dobrandino, é maravilhoso, vozes maravilhosas, mas embaixo tem mais sujeira do que se atribui a outras pessoas.

Já teve aqueles - como disse o Deputado Rossoni - os pilantras, aqueles que se dizem “limpinhos”, já tiveram sonhos maiores dos que houve agora em período de eleição. Por exemplo, lá em Palmeira se prometeu algo que sabia que não ia se fazer, claro, vai cumprir? Lá na outra Cidade se prometeu mais algo que não ia se cumprir, Carambei. Depois se prometeu um sonho para os caminhoneiros, até hoje, nada! Fala-se em transparência mas chega aqui em dez dias de mandato e já vamos ao que tem que ir, ao que é direito de todos. Bacana! Bonito de ver isso! Quanta coisa bonita, quantos discursos. Nós haveremos de ter oportunidades na sequência de mostrar que muitos sonhos que se apresentam aí, são na verdade loucuras de malandros de período de eleição. O chapéu sirva para quem quiser, não precisa falar nome, porque daqui alguns dias eu falo nome e vou contar mais algumas coisas do passado de vinte anos atrás, quando alguns sobem naquela tribuna e pedem a cabeça do Presidente, como se fosse o último culpado e o único culpado.

É só o Presidente o culpado, ninguém é mais o culpado. Daqui a pouco vão julgar as nossas contas está na Ordem do Dia. Quero ver se alguém vai levantar para perguntar se está tudo certo as contas dos Deputados. Ninguém vai levantar. Nem os limpinhos. Quem sabe eu que sou sujinho e vou levantar, pedir para saber se é verdade aquilo mesmo, daqui a pouco na Ordem do Dia.

Discursos bonitos, nomeações bonitas, num passado de vinte anos atrás, minha família já ganhava bem, já achacávamos lá atrás e dá para provar o achaque.

Vi o Deputado Péricles aqui hoje, maravilhoso! Tenho tanta dó do Péricles, como sofreu esse Péricles em Ponta Grossa. Fui adversário do Péricles, como ele sofreu na mão de alguns canalhas que se dizem limpinhos hoje e que querem vir ensinar o Padre a rezar a missa. Canalhas! Se alguém quiser duvidar, qualquer hora nós podemos chegar nos finalmente.

Vamos parar com discurso e vamos “olhar no rabo” para o povão entender, Não vamos só criticar.

É muito fácil pedir a cabeça dos outros. Agora é aquela história está na Bíblia, Deputado Belinati, V. Exa. que é o maior comunicador dessa Casa quando eu tinha três anos V. Exa. já comunicava.

Está na Bíblia que quem não tiver pecado que jogue a primeira pedra. Tem que cuidar porque daqui a pouco vai sobrar pedra para aqueles que querem ser limpinhos, mas que o rabo deles é mais sujo do que muitos dessa Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Antes de passar a Ordem do Dia, essa Presidência comunica que a Audiência Pública com a presença do Secretário de Estado da Fazenda referente a prestação de contas do 3º quadrimestre de 2009 e primeiro quadrimestre de 2010 será realizado em 25 de maio de 2010 terça-feira às 14h30 no plenarinho desta Casa.

O Sr. Elio Rusch (DEM) (Pela Ordem)

Sra. Presidente, estamos na quarta-feira e não recebemos documento ainda. Sabemos que a prestação de contas do quadrimestre não se resume única e exclusivamente ao quadrimestre do último quadrimestre do ano passado, mas se resume num balanço geral do ano todo.

Hoje é quarta-feira e a maioria dos Deputados amanhã vão para o interior. Nós não recebemos os documentos ainda. Como nós não recebemos os documentos aí vão realizar terça-feira Audiência Pública sem que nós possamos fazer uma análise desse documento. Não sei se os documentos já estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para colaborar sugiro a V. Exa. que as lideranças de Oposição, Lideranças do Governo juntamente com o Presidente da Casa possam resolver da maneira mais democrática possível.

Apenas estou lendo o comunicado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

É necessário que de fato e vou diligenciar aquilo que solicita o Líder da Oposição, para que sejam entregues nos gabinetes parlamentares imediatamente os CDS que contenham as informações com os quadros sinóticos daonde se poderá fazer a análise desta prestação de contas.

Entendo também que é importante que não adieemos. Vamos realizar isto na terça-feira. Já conveníamos, esta semana, vou diligenciar para que possamos, de fato, ter os documentos para que possa ser feito o estudo e análise. Mas, vamos deixar marcada a data. Se por alguma razão ficar impossível isto, eu mesmo me comprometo a solicitar a mudança da data. Mas, *a priori*, vamos deixar marcada esta data.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Solicitaria a esta Presidência, Deputada Cida Borghetti, e diante da manifestação do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que se chegasse às nossas mãos ainda no dia de hoje, para que pudéssemos fazer uma avaliação com nossa equipe técnica. Porque senão, vamos chegar segunda-feira e no dia seguinte teremos a prestação de contas. Não há tempo hábil. Por isso, teria que ser quarta-feira. Mas, vamos tratar deste tema junto com o Líder do Governo e também com a Presidência da Casa, Deputado Nelson Justus, para que possamos ajustar a melhor data, para que não haja prejuízo nem para uma parte e nem para outra. Aliás, sempre cobramos a realização destas Audiências Públicas e jamais poderíamos ser contra.

Mas, queremos deixar claro é que temos que ter este tempo necessário para que possamos fazer uma avaliação, junto com nossa equipe técnica. Caso contrário, sabemos que a Secretaria da Fazenda vem com todo o seu corpo técnico e já existe uma disparidade muito grande, para que possamos discutir tecnicamente alguns temas.

Agora, sem ter um tempo necessário, hábil, vejamos por exemplo, esta Audiência deveria ter acontecido no mês de fevereiro. E hoje, quarta-feira, se comunica que a Audiência vai acontecer na terça-feira. E nós não recebemos o documento, ainda.

Por esta razão, e eu agradeço ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que possamos ajustar esta data e para que os Deputados não sejam colhidos de surpresa e que tenham tempo hábil para fazer a devida análise do balanço do Governo do Estado.

Ordem do Dia:**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 045/10, subscrito pelo Exmo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso do anteprojeto de lei objetivando dar nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 1º, da Lei nº 14231, de 26/11/03, que define critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 047/10, subscrito pelo Exmo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, dispondo que o capital social autorizado da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR é de R\$ 85.000.000 (oitenta e cinco milhões de reais). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 061/10, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 19 de maio do corrente ano, por estar em viagem ao Nordeste do Estado, à Cidade de Paraíso do Norte, onde está participando da despedida do Sr. Anísio Tormena, ex-Prefeito e Presidente da ALCOOPAR, falecido ontem em acidente automobilístico. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 239/10, subscrito pelo Deputado Teruo Kato, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 19 de maio do corrente ano, em virtude do falecimento do amigo Anísio Tormena em acidente automobilístico nesta data. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 605/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, apreciação do incluso anteprojeto que dispõe o reajuste de vencimentos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Estado do Paraná, de conformidade com o disposto no inciso X, do artigo 27, da Constituição do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 641/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, para apreciação do incluso anteprojeto de lei que estabelece o percentual dos cargos em comissão do Quadro de Servidores do Ministério Público do Paraná que serão ocupados por servidores efetivos da instituição. Faço-o com base no disposto no artigo 127, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o estatuído nos artigos 65 e 114, parágrafo 2º da Constituição Estadual, e no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 085 de 27/12/99. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Chico Noroeste, na condição de único Parlamentar representante do Partido da República-PR, constante do expediente, solicitando que a partir da presente data seja desconstituído o Bloco Parlamentar formado pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e pelo Partido da República-PR. **Retirado pelo autor.**

Comunicado, de autoria do Presidente desta Casa de Leis, constante do expediente, comunicando que a Audiência Pública com a presença do Secretário de Estado da Fazenda, referente à prestação de contas do terceiro trimestre de 2009 e primeiro quadrimestre de 2010, será realizada em 25/05/10, terça-feira às 14h30, no plenário desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 087/10, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmos. Srs. Secretário de Estado da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar, a criação e instalação de Batalhão da Polícia Militar em Francisco Beltrão e a transformação de pelotões em Companhias independentes em Capanema, Dois Vizinhos e Santo Antonio do Sudoeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 088/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação da Escola de Soldados no 1º Batalhão da Polícia Militar. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 089/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a criação de Clínicas de Reabilitação Públicas no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 090/10, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, priorizar a inclusão do bairro Capela Velha, Cidade de Araucária, na ampliação da rede coletora de esgoto na Região Metropolitana Curitiba Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1645, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência da Deputada Luciana Rafagnin, nas Sessões realizadas em 19/05/10 (hoje), por estar participando da IX Jornada de Agroecologia no Município de Francisco Beltrão, representando a Comissão de Agricultura dessa Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1649, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente, justificando a ausência do Deputado Ney Leprevost na Sessão do dia 19/05/10 (hoje), devido a reunião na Secretaria de Saúde na condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 119/10, de autoria do Deputado Teruo Kato, que declara de utilidade pública a Fundação Vilela Batista, com sede e foro no Município de Apucarana. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 119/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação do Coração Vilela Batista, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/05/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovada. (Publ. no DA nº 027/10, de 29/03/10, em Projetos de lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/10, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel do Município de Santa Helena, Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Santa Helena. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 179/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel do Município de Santa Helena - AMASH, com sede e foro no Município de Santa Helena.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12/05/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/10, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que obriga a inserção de mensagem informativa nos rótulos ou embalagens dos produtos cariogênicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, mês de abril de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de abril de 2010.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/10.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Plauto Miró, Dobrandino da Silva, Edson Strapason, Douglas Fabrício, Wilson Quinteiro e uma ilegível.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 020/10

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 020/10, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2010, regulamentada pela Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

Analisando o referido relatório e demais peças a ele anexadas, constatou-se que as contas prestadas estão exatas, obedecendo a legislação em vigor, concluindo este Relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 11/05/10.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, concedemos a palavra para o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, estamos votando nesse item 05 a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados do mês de abril de 2010. É importante que a população saiba que tem uma comissão, que é dirigida pelo Deputado Duílio Genari e também Francisco Bühner, que é o relator. O Deputado Francisco está aqui e poderia falar um pouco desse seu relato, até para que não haja dúvidas, porque estamos para aprovar as nossas contas e nunca se discute. Agora há pouco vi o Líder da Oposição falar das contas do Governo do Estado, que quer acompanhar, que quer ver tudo certinho, então é importante que o Deputado Francisco, que foi relator, possa nos

falar sobre o seu parecer, para que possamos votar em seguida o relatório emitido pelo eminente Deputado Francisco Bühler a respeito da questão que envolve a prestação de contas dos Deputados referente ao mês de abril.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Francisco Bühler.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (PSDB)

O Deputado Jocelito conhece e sabe que está tudo dentro das normas. Aquilo que aprovamos está transparente, todo mundo tem acesso e quem quiser ver pode ver. Então, não tem nada de irregular e o nosso parecer é pela aprovação da prestação de contas de todos os Deputados desta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o projeto.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Para encaminhar, Sra. Presidente.

(**Assentimento**)

Gostaria de levar ao conhecimento dos demais Deputados que somos em sete Deputados na Comissão de Tomada de Contas, que sempre é analisado por um relator, que neste caso do mês de abril foi analisado pelo Deputado Francisco Bühler. Com toda a certeza os demais Deputados ajudaram na análise e foi aprovado por unanimidade o parecer do Francisco Bühler.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O projeto esta em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 1616 de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1618, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, continuamos com um problema técnico. Não sei se o nobre proponente alterou aquilo que combinamos ontem, que era para estabelecer o exercício em que ele requer.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Informo V. Exa. que é o ano de 2009, com previsão para 2010.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1633, 1634, 1635 e 1640, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1653, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sra. Presidente e Srs. Deputados, venho com este requerimento no intuito de esclarecer a opinião pública sobre um fato que foi televisionado, não só aqui no Paraná, mas no Brasil inteiro, que é a prisão de uma quadrilha que estaria envolvida em uma empresa de terceirização de serviço em várias Prefeituras do Estado do Paraná, em vários órgãos públicos vinculados à estrutura das Prefeituras e que, há duas semanas atrás, foi palco de uma denúncia que comprovaram a existência de desvios não só de dinheiro público, mas de enriquecimento ilícito dos diretores dessa empresa, chamado Centro Integrado de Apoio Profissional.

A denúncia parte de um valor de R\$ 300 milhões em desvios, sendo que só no Estado do Paraná temos a informação que chega à casa de R\$ 100 milhões em terceirização de mão de obra, em veiculações, algumas Prefeituras no nosso Estado, e que ainda não conseguiram explicar a origem do quê e como foi terceirizada essa mão de obra, que hoje não só traz realmente a dificuldade para os funcionários dessa empresa, mas cria dúvida entre todas as demais empresas, vinculadas principalmente às ONGs e as OSCIPs.

Fizemos contato junto com o Tribunal de Contas, junto com o Ministério Público, junto com outras entidades, também junto ao Tribunal de Contas da União, e tivemos um parecer que esse desvio era oriundo do não pagamento dos tributos dos funcionários que essas Prefeituras recolhiam, e que não eram pagos nem INSS, FGTS, fundos, destas pessoas que lá estavam contratadas.

Por isso faço este requerimento, e peço o apoio de todos os companheiros, porque isto, sem sombra de dúvidas, é uma bola de neve muito grande, com valores extremamente expressivos, aonde tenho informações que chega, só no Estado do Paraná, à casa de R\$ 400 milhões, repito, R\$ 400 milhões nessas empresas terceirizadas apenas nos anos de 2008 e 2009. Com certeza o Tribunal de Contas remeterá a esta Casa oficialmente, para que na sequência venhamos a instalar uma Comissão de Investigação, porque se tratam de centenas, ou milhares de funcionários, que muitos estão envolvidos com problemas de futuros profissionais.

Por isso, agradeço à Presidência e aos demais Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação. Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1630, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1643, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1646, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 733/09; 111 e 118/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portaria DAT**

PORTARIA Nº 398/10 - DAT

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 269 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 16369 de 29/12/09.

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 16369 de 29/12/09 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
4440 9200	2000	100	1.500.000,00
Total			1.500.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3390 3909	2000	100	1.500.000,00
Total			1.500.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 01/04/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

Visto:

Alexandre Curi - 1º Secretário